



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

<b>COMISSÃO DO ESPORTE - SUB. ESP. DO PLANO NACIONAL DO DESPORTO</b>			
<b>EVENTO:</b> Mesa Redonda	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1604/16	<b>DATA:</b> 08/12/2016	
<b>LOCAL:</b> Plenário 04 das Comissões.	<b>INÍCIO:</b> 09h00min	<b>TÉRMINO:</b> 12h36min	<b>PÁGINAS:</b> 80

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**CÉLIO RENÉ** - Grupo De Trabalho do Plano Nacional do Desporto do Ministério do Esporte — ME.  
**LARS SCHMIDT GRAEL** - Presidente da Comissão Nacional de Atletas do Ministério Do Esporte — ME.  
**JOÃO TOMASINI SCHWERTNER** - Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem.  
**MONICA MARQUES** - Associada da Associação Brasileira de Academias – ACAD.  
**MARIA LUIZA SOUZA DIAS** - Gerente de Desenvolvimento Físico Esportivo do Serviço Social do Comércio — SESC/SP.  
**JORGE STEINHILBER** - Presidente do Conselho Federal de Educação Física — Sistema CONFEF/CREFS.  
**ISMAR BARBOSA CRUZ** - Secretário da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do TCU.  
**ADRIANA BEHAR** - Gerente Geral de Planejamento e Relacionamento com as Confederações do Comitê Olímpico do Brasil — COB.  
**STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD** - Presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve.  
**PAULO MARTINO ZUCCARO** - Chefe do Departamento do Desporto Militar e Vice-Almirante do Ministério da Defesa — DDM/CDMB.  
**SAMI ARAP SOBRINHO** - Presidente da Confederação Brasileira de Rugby.  
**FERNANDO MASCARENHAS** - Professor da Universidade de Brasília.

**SUMÁRIO**

Debate sobre a terceira etapa da proposta do Plano Nacional do Desporto, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto.

**OBSERVAÇÕES**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Bom dia a todos!

Vamos dar início a Terceira Mesa Redonda de Debate do Plano Nacional do Desporto ou do Esporte.

Esta Mesa Redonda da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 140/2016, de autoria do Deputado Evandro Roman.

O objetivo deste evento é debater a terceira etapa da proposta do Plano Nacional do Desporto.

Inicialmente, quero agradecer os representantes das instituições e organizações da área esportiva, educacional, da saúde, da defesa nacional, todos aqui presentes. O conhecimento que cada um possui em seus campos de atuação será muito enriquecedor para o nosso debate.

Comunico a todos que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com o *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara dos Deputados, possibilitando, assim, a participação popular por meio de sugestões que serão dirigidas a esta Comissão.

O objetivo desta Terceira Mesa Redonda é repassar o texto do Plano Nacional do Desporto já com as sugestões apresentadas nas primeira e segundas Mesas Redondas e na comunidade virtual, ouvindo mais uma vez as sugestões de todos vocês para que possamos sistematizar esse texto e encaminhá-lo na forma de uma indicação — repito: indicação — ao Ministério do Esporte.

Lembro a todos que a iniciativa de propor o Plano Nacional do Desporto é do Ministério do Esporte, ouvindo o Conselho Nacional do Esporte. A Subcomissão sempre com o intuito de trabalhar em conjunto com o Ministério do Esporte debruçou sobre este assunto e elaborou o texto que já foi apresentado a todos.

Esperamos, ao término deste debate, possuir propostas contundentes e exequíveis a fim de elaborarmos um documento final que possa atender os anseios do nosso segmento esportivo.

Convido para estar junto conosco aqui o Célio Renê, representante do Grupo de Trabalho do Plano Nacional do Desporto do Ministério do Esporte.



Anuncio também a presença dos convidados, citando o nome de todos: Danielle Keyla Alencar Cruz, Tecnologista Júnior da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição; Ismar Barbosa Cruz, Secretário da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do TCU; Lars Grael, Presidente da Comissão Nacional de Atletas do Ministério do Esporte; Micheline Gomes Campos da Luz, Gestora Pública da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; Paulo Martino Zuccaro, nosso grande amigo, Chefe do Departamento do Desporto Militar e Vice-Almirante do Ministério da Defesa; Adriana Behar, Gerente Geral de planejamento e relacionamento com as Confederações do Comitê Olímpico do Brasil — COB—; Arialdo Boscolo, Presidente da Federação Nacional dos Clubes FENACLUBES; Cláudia Aniceto Caetano Petuba, Secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas; Gianna Lepre Perim, representante da Confederação Brasileira de Clubes — CBC —; Jorge Steinhilber, Presidente do meu Conselho Federal de Educação Física, sistema CONFEF; Maria Luiza Souza Dias, Gerente de Desenvolvimento Físico-Esportivo do Serviço Social do Comércio — SESC; Saulo Eloy Filho, Secretário de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe; Cristina Queiroz Calegaro, vice-Presidente do Conselho de Educação Física e Desporto e Lazer do Distrito Federal; Guilherme Ângelo Raso, vice-Presidente da Confederação Brasileira de Handebol; João Tomasini Schwertner, Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, meu amigo do Paraná, José Antonio Martins Fernandes, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo CBAAt; José Luiz Vasconcellos, Presidente da Confederação Brasileira de Ciclismo; Mauro José da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Boxe; Pedro Avalone Athayde, Professor da UnB e membro da Confederação Brasileira De Ciclismo — CBC do Distrito Federal; Robson Lopes Aguiar, vice-Presidente da Confederação do Desporto Escolar; Sami Arap Sobrinho, Presidente da Confederação Brasileira de Rugby, Stefano Adolfo Prado Arnhold, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto na Neve; Ademar Inácio Lamoglia, Conselheiro titular ocupando a cadeira das Federações Desportivas do Distrito Federal; Fernando Mascarenhas, Professor da Universidade de Brasília; Monica Marques, associada representando a Associação Brasileira de Academias —ACAD —; e



Severino Leão de Albuquerque Neto, Diretor do Curso Educação Física da Universidade Católica de Brasília.

Com uma relação nós temos O Sr. Valter Pitombo Laranjeiras, nosso amigo do Ministério do Esporte; Georgiana Arce; Marina Tavares, também do Ministério do Esporte; Fábio Henrique da Federação do Taekwondo, Gilson Doria Secretário de Sergipe, Patrick Novaes Aguiar, Presidente do CREF7 do Distrito Federal; e Thaís Yeleni, Presidente do SINDAC — Sindicato das Academias do Distrito Federal.

Obrigado pela presença de todos. É sempre honrosa a presença, a discussão, mas, quando vai indo para o final, alguns temas já vão sendo debatidos e acabam se esvaziando muitas vezes, enfim, final de ano a dificuldade é para todo mundo e nós também temos a compreensão desta dificuldade.

Eu gostaria só, antes de passar a palavra, de fazer algumas ações. Gostaria de dar algumas orientações iniciais sobre esta mesa-redonda. Ela tem a construção do Sistema Nacional do Desporto conduzida pelo Ministério e, resgatando as discussões de 2015, ou seja, todas as discussões, tudo o que já foi feito, eu diria que não existe nada que você não possa aproveitar algo, mesmo as discussões feitas em períodos anteriores, quer dizer, para não ficar debatendo. A partir do momento que você tem acesso do que já foi debatido, e muitos já tiveram essa oportunidade, se aproveita e se parte para frente, porque as pessoas acabaram construindo toda a situação. Eu falo e analiso sempre pela vivência que eu estou tendo hoje na Casa, para nós chegarmos a um processo democrático do que nós estamos fazendo hoje, um estudo e um acompanhamento. Desde 1630 que se começou a construir um processo democrático, daí veio por grandes pensadores como Montesquieu, (*ininteligível*) vieram nos anos de 1500, quer dizer, demorou quase 400 anos ou mais para nós estarmos hoje num processo democrático como esse. Então é uma tranquilidade para eu dizer que se aproveita toda a estrutura que já foi conversada, analisada e, a partir dali, nós evoluirmos, porque é dessa forma que acontece. Ninguém vem aí com uma varinha de condão, de uma hora para outra, e fala: olha partimos do zero e vamos para cima. Então é uma análise muito direta em relação a isso. Há consenso com a inclusão da Diretriz 6 sobre o financiamento sugerido na reunião anterior. A página do *Wikilegis* continua aberta,



mas não temos ainda um texto atualizado. Ainda está havendo essas discussões, a página está aberta, as pessoas têm participado e temos feito algumas buscas.

O objetivo desta mesa-redonda é debater algumas dúvidas, alguns pontos que já foram debatidos em outros momentos. Eu diria que eu acho que eles já estão superados, encaminhados os relatórios que depois voltarão para um fechamento com todos nós. Mas nós tivemos algumas ações, por exemplo, algumas dúvidas, dificuldades na Diretriz 1: devemos estabelecer metas de responsabilidade da Educação no Plano nacional do Desporto? Por quê? Porque nós tivemos algumas conversas com o Ministério da Educação e essa dúvida se coloca.

Em alguns momentos o próprio Lindberg aqui participou de alguns avanços nos quais eu não pude estar presente. Não vou dizer que não há uma resistência, talvez isso seria forte demais, mas não está aquela preparação assim de dizer: olha, vamos avançar e vamos estar 100% presentes na elaboração desse plano. Este é um dos pontos.

Outro item, Diretriz 2: Base de dados Diagnóstico Nacional do Esporte — DIESPORTE —, que é a metodologia do COMPASS ou Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico — VIGITEL —, do Ministério da Saúde. Eu diria que durante esse período, entre a segunda e essa terceira, nós estivemos fazendo várias reuniões e algumas foram feitas junto com o Ministério.

Nós elegemos dois países para que nós pudéssemos visitar, que trabalham fortemente com esportes radicais, que são principalmente a Nova Zelândia, a forma que ele tem feito não serviria como uma referência macro, porque é um país de 4 milhões e meio de habitantes, mas, dentro de um padrão do que nós temos para o nossos Estados, ele trabalharia dentro de uma linha muito boa e com atividade que é referência em relação a esporte radicais.

Outro país que nós tivemos a oportunidade de visitar e acompanhar bem a forma do seu sistema foi à Austrália. Na comissão nós éramos seis Deputados e nós tivemos a oportunidade, todos os membros da Comissão, de visitar esses países para que pudéssemos avaliar qual a proposta que realmente eles têm.

A Austrália, beirando 24 milhões de habitantes, também um pouco distante, tem uma proposta. As propostas que nos chamaram a atenção foram —



principalmente para que nós fossemos até lá — um alto índice de trabalho de controle da obesidade infanto-juvenil, que é um dos temas muito voltados principalmente para a prática da atividade física, voltados para a saúde. Então principalmente a Austrália é algo assim forte. Só para os senhores terem uma ideia a Austrália tem dois milhões de voluntários, dois milhões num país de quase 24 milhões, existem 2 milhões de voluntários que trabalham desenvolvendo práticas de atividade física voltadas para a saúde. Não quero dizer: olha, eu fui para lá e estou trazendo a novidade. Eu sei que os senhores estão cansados de viajar, mas nos faz pensar que, se você quer que as coisas aconteçam, temos que envolver as pessoas. Essa é a máxima. Se nós não envolvermos e nós não nos unirmos com os Ministérios, nós vamos ficar enxugando gelo e correndo aí realmente muitas vezes com algumas atividades. Claro, tem o esporte de alto rendimento que é uma linha de competência, mas temos outras diretrizes do esporte.

Outro aspecto fundamental, depois nós fizemos o levantamento em vários outros locais, todos os departamentos, seja ele do Executivo ou do Legislativo, eles estão juntos. Nós não fomos recebidos em nenhum momento somente pela pessoa do esporte. Quem vinha não era a educação, era a saúde. Então fomos recebidos pela Comissão de Saúde e Esporte na Nova Zelândia e na Austrália na Câmara dos Deputados. As comissões do Ministério da Saúde e do Esporte vinham nos receber.

Quer dizer, eles têm uma política da massificação muito presente, o que nos chama muito, mas muito a atenção, é saber que nós temos hoje no Brasil uma população jovem indo com 42% de sobrepeso e obesidade, com dados que já são hoje reais e estão à disposição em várias teses de doutorado, vários trabalhos e vários acompanhamentos envolvendo o tema. É assunto próprio até do Ministério. Nós temos 97% das pessoas que não praticam atividade física e não vão em busca da academia. Nós estamos caminhando cada vez mais para uma população mais doente, nós estamos tendo mais dificuldade. Então esse é o ponto que nós temos hoje que discutir.

Eu iria centrar nesses três itens, porque os demais — não que não irão surgir —, mas senão nós vamos ficar rodando em cima de temas que já foram debatidos em outros dias. Hoje nós precisamos analisar, pensar essas ações e hoje.



Inclusive nesta semana, e eu não estou aqui fazendo propaganda, houve até a sugestão de que nós trouxéssemos um profissional da área de educação física que tem hoje quase um milhão e meio de seguidores e nós o ouvimos aqui no sistema que ele elaborou. Alguns podem achar que é um charlatão, ele mesmo disse: alguns podem achar que eu sou um charlatão, agora eu estou mostrando cientificamente onde eu encontrei isso, como eu trabalho e eu tenho um milhão e meio de pessoas que me seguem. As pessoas seguem a proposta dele, que é um sistema de queima de gordura chamado Q48. Nesse sistema de queima, ele utiliza não é para aquela pessoa condicionada e, sim, aquela pessoa que não tem a possibilidade de realizar atividade física fora de casa.

Então aquilo me deu um gancho mediante o que visualizei, que eu não estou dizendo que tem que ser este, mas nós temos que criar, sim, um sistema que faça com que aquela pessoa em casa dedique 10 minutos ou 15 minutos, num sistema intenso ou não, enfim, respeitando todas as vertentes de entendimento, espero que possamos fazer com que essa população faça atividade física.

Então é uma responsabilidade nossa, no Plano Nacional do Desporto, sim, criarmos um sistema de massificação da prática de atividade física, seja em vários pontos. Já tivemos a evolução e o agradecimento ao Senador Pedro Chaves, juntamente com Izalci Lucas, Deputado Federal que foi Presidente do retorno da obrigatoriedade da prática de educação física no ensino médio. Inclusive vos digo que foram duas emendas, a Emenda nº 110 e a Emenda nº 111, proposta nossa, redigida pelo Conselho Federal de Educação Física — CONFEF. Esta emenda foi redigida pelo CONFEF. É minha a satisfação de dizer: olha veio tal qual o Conselho Federal de Educação Física gostaria. Ontem até eu agradei, na votação da MP no plenário, esta sensibilidade. Então há uma esta eterna vigilância deste entendimento do que precisamos. Nós temos que centrar esse nosso foco. Então, eu trago para esses debates. Dentro dessas ações, criaremos uma dinâmica diferente. O Lindberg estará anotando. Partiremos do primeiro item. Depois iremos para o da saúde. Se precisar, nós inverteremos. A partir das 11h, outro Deputado estará assumindo a função da coordenação, pois eu tenho uma viagem para Foz do Iguaçu. Na verdade, é ao meio-dia e cinquenta, mas eu fui chamado para uma reunião na FUNASA agora. Não tenho como não estar lá antes dessa viagem por volta de 11h15min.



Então, duas pessoas falarão a favor; se não tiver, falarão contra para debater o primeiro item, sobre dificuldades e dúvidas em relação à Diretriz nº 1, segundo a qual devemos estabelecer metas de responsabilidade para a educação no Plano Nacional do Desporto. Queremos dizer que essa é a nossa opinião. Depois temos a obrigação de convencê-los de que isso daqui tem que fazer parte, mas tem que ser definido. Confesso que eu não vi tão presente como na saúde em relação a esses próprios países. A verdade é não estar lá. Nós temos outra realidade. Lá nós temos uma referência que pode ou não servir para nós.

Então, eu gostaria de ver se alguém quer iniciar. Vou passar a palavra ao Célio para que faça suas considerações. Você faz parte desse grupo que está elaborando o Plano. O Célio foi meu colega do Fórum dos Secretários de Esporte quando eu fui do Estado do Paraná. Muitas vezes, eu tive oportunidade de estar lá também com muita satisfação.

Célio, por favor, V.Sa. está com a palavra.

**O SR. CÉLIO RENÊ** – Muito obrigado, Deputado. Bom dia a todos! Bom dia Lindeberg!

Mais uma vez, o Ministério está aqui na Câmara. Isso tem se tornado uma rotina na elaboração do Plano Nacional do Desporto e também na construção de um novo Sistema Nacional do Esporte.

O próprio Lindeberg e o Deputado têm dialogado permanentemente com o Ministério nesse que é um desafio bastante grande. Apesar de já ser uma responsabilidade do Ministério de muitos anos, até hoje não conseguimos evoluir na elaboração do Plano Nacional do Desporto. Fruto inclusive até do trabalho do próprio Tribunal de Contas, o Ministério, no ano passado, apresentou uma proposta de elaboração do Plano e começou a trabalhar e desenvolver algo nesse sentido. A Câmara também começou a desenvolver isso, o que foi muito útil, porque estamos dialogando. Tenho certeza de que, com a aproximação do Executivo e do Legislativo, tendemos a vencer alguns obstáculos e atingir realmente o nosso objetivo, que é elaborar uma política pública do esporte, o que a população espera.

Não tem sido fácil. Por quê? Começa pela conceituação do esporte. Como ele é uma matéria muito agradável, muito fácil, muitas pessoas já têm o seu conceito, o que acaba gerando certa confusão. Nesses debates, temos pesquisado. Quando



começamos a falar do esporte, necessariamente, quando falamos de uma política pública, se queremos utilizar o esporte da melhor maneira para a sociedade, temos que estar atento e relacionar esse esporte às práticas corporais. Aí vem uma série de conceitos. Inclusive, a nossa própria legislação, às vezes, chega a ser conflitante. Esses conflitos acabam gerando uma série de consequências. Então, percebemos que vamos ter que discutir a nossa legislação. Isso está sendo bom, porque o Plano está trazendo isso e mostrando que temos que realmente debater para construir um caminho. Sobre algumas coisas, pelo menos, nós percebemos um consenso. Primeiro, aumentar ou garantir esse direito constitucional de acesso ao esporte. Qualquer manifestação, qualquer segmento tem como questão prioritária o acesso ao esporte, sem esquecer também do lazer e da importância que tem na formação do ser humano.

Outra questão é a o hábito esportivo. Isso vai refletir para a sociedade uma conquista muito importante. Eu fico feliz de ver aqui o Ministério da Saúde participando desse processo.

Outra questão que não podemos desconsiderar é a importância dos eventos esportivos, das competições esportivas, o que elas representam para a sociedade. Então, é importante também o Estado motivar e incentivar essas competições.

Quando tratamos de todas essas matérias, temos que estar atentos se a legislação está atendendo o esporte com a amplitude que ele merece. Ao mesmo tempo em que nós temos que tratar dessas dimensões, dessas manifestações de maneiras diferentes, devemos trabalhar no sentido de que consigamos, num determinado momento, unir as forças para que desenvolvamos um trabalho único.

Hoje, percebe-se, às vezes por questões conceituais, que em determinados momentos trabalhamos numa dimensão para um lado e em outra para outro lado. Temos dificuldade de dialogar com essas dimensões. Por isso, achei muito feliz o Deputado colocar esse primeiro tema com relação à educação. O Lars Grael, num outro debate em que eu estive aqui, falou dessa importância.

Falar de política pública para o esporte nessas três vertentes: o acesso, a questão da conquista do hábito ou a questão da promoção de grandes eventos de competições esportivas, se não tivermos como dialogar com uma educação, é muito difícil. Agora, como fazer isso? Esse é o desafio. O Ministério do Esporte e a própria



Câmara estão buscando o diálogo com o Ministério da Educação. Confesso que sempre fomos muito bem recebidos, mas também sabemos das dificuldades do Ministério da Educação devido ao seu tamanho, aos seus problemas. Talvez ele necessite, em determinados momentos, de um auxílio nessa questão das pessoas que trabalham e conhecem o esporte. Então, às vezes, eu fico pensando: “Bem, de quem é essa responsabilidade de motivar: da educação ou do esporte?” Então, temos de refletir sobre isso. Depois, como superar essas questões de proximidade da educação e como isso deve entrar no Plano. Isso não é um desafio fácil, até porque há entendimentos diferentes de como esse esporte deve acontecer, por exemplo, na escola. Esse é um debate profundo, com linhas, correntes diferentes. Algumas correntes entendem que o esporte deve seguir determinadas características quando está próximo do ambiente educacional, escolar; outras vertentes entendem de outra forma. Acho que, com o diálogo, é possível aproximarmos essas divergências. Inclusive, devemos crescer com as divergências. Sabemos que um lado do esporte, às vezes, é muito bacana, muito brilhante, como o esporte competitivo, mas também tem os seus problemas. Vemos a questão do doping, a questão da busca da vitória a qualquer preço. Jamais podemos permitir a presença desses elementos em ambiente escolar. Por outro lado, podemos agregar esse grande desafio, que depende muito, na minha concepção, de como a comunidade esportiva vai vencer, superar e propor essa aproximação.

Quanto à legislação hoje há algumas propostas. O Senado apresentou uma proposta que reformula a Lei Pelé. Ele traz outra concepção de esporte, rendimento, participação, esporte educacional, ele apresenta outra proposta: esporte de formação, especialização esportiva e vivência esportiva. Às vezes, ao participar desses debates, acho que se conseguíssemos sair dessas caixinhas, pensássemos no que queremos em vez de ficar discutindo que esporte educacional é de uma forma, esporte de rendimento é de outra, o que acaba criando uma separação muito grande, talvez devêssemos partir do seguinte ponto: o que queremos? Nós queremos aumentar o acesso ao esporte, nós queremos criar o hábito esportivo na comunidade brasileira, nós queremos, como já foi proposto nas conferências — não é o Célio que está falando, isso está baseado em dados da conferência —, que o Brasil se transforme numa potência esportiva.



Eu acho que o desafio é como vamos fazer isso. As nossas leis, os nossos trabalhos, o Plano Nacional do Desporto deveria trabalhar com este objetivo de garantir o acesso da população brasileira ao esporte em todas as suas dimensões e manifestações, de criar esse hábito, mas que ao mesmo tempo transforme o Brasil numa potência esportiva.

Por enquanto é isso. Estaremos aqui durante o dia para conversar com os senhores.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Célio René, pela colaboração.

Antes de fazer as perguntas, gostaria de ouvir a Sra. Georgiana, do Ministério do Esporte, sobre a discussão, o que você pode falar, que tivemos com o Secretário Luiz Lima a respeito da possibilidade, embora ainda não haja lugar definido, de algum modelo de escola esportiva, de uma ação que está sendo discutida. Está sendo construída. Tenho certeza que muitos dos senhores ele vai ouvir. Eu gostei muito da visão dele, mesmo ele sendo Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, em relação a essa discussão que surgiu sobre o Centro de Iniciação Esportiva, que são fantásticos, são muito bons, mas os Municípios estão com muita dificuldade de mantê-los pelas regras de cada nível 1, 2 ou 3. Ele está construindo uma proposta sobre essa ação. Para isso já está iniciando uma conversa com Leandro Fróes, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Gostaria que você fizesse um breve relato. Sabemos que ele é embrionário ainda, está no início. Tenho certeza de que março para frente poderemos ter um avanço muito bom nisso. Eu gostei. Foi música para os meus ouvidos aquilo.

**A SRA. GEORGIANA ARCE** - Bom dia a todos. Obrigada, Deputado Evandro Roman, por ser entusiasta da ideia. Vou tentar ser breve.

O Secretário Luiz Lima sempre diz que esporte de alto rendimento começa na base. Quanto a isso ele não tem dúvida nenhuma. Ele também acha que tem que descomplicar o esporte. Como nosso colega disse, são muitas caixinhas para esporte A, B, C, ele acha que esporte é uma coisa só.

Conversando com o Deputado Evandro Roman, que gostou muito da ideia, o Secretário Luiz Lima manifestou vontade de dar ênfase ao esporte escolar. Ele acha



que a criança tem que ser competitiva. Segundo ele a competição é positiva, ele tem dito isso em todas as palestras que faz. Ele acha que a criança não tem que ter vergonha de competir, já que na vida a criança vai encontrar competição, e competição é saudável. Ele questiona muito essa questão de o esporte ser lúdico, ser só recreativo. Para ele, competição não é negativo.

Mesmo não sendo pertinente a nossa Secretaria, sendo muito mais à do Secretário Leandro Froes, nós, no Ministério, queremos estar mais próximos de todas as Secretarias. Ele quer fazer um projeto piloto para que possamos levar o esporte para a escola. Estávamos pensando em escolher duas ou três cidades. Conversando com o Deputado Evandro Roman, ele propôs que Cascavel fosse o balão de ensaio. E nos apresentou o futuro Prefeito de Londrina, que também gostou da ideia. Queremos, a partir de março, escolher três escolas em Cascavel e três em Londrina para iniciarmos o projeto piloto, mesmo que tudo dê errado, não há problema, projeto piloto é para isso mesmo. São coisas pequenas. Se houver erro, o risco será mínimo. O importante é começarmos a levar o esporte decisivamente para dentro das escolas.

Em março, estaremos em Cascavel e em Londrina para escolher as seis escolas e, de maneira muito prática, sem grandes apresentações de Power Point, sem grandes abstrações, entrar nas escolas e escolher um ou dois esportes para lançá-los nas escolas.

Estamos formatando o projeto. Este é o momento. Marina Tavares, do gabinete do Ministro, está aqui comigo e é entusiasta do assunto também. Vamos tentar envolver o Ministro nesse projeto piloto. E escolhemos o Paraná para começar a testar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Georgiana, pelas suas observações.

O de que mais gosto, hoje, no Ministério, não posso falar muito dos anos anteriores, é do diálogo com o Parlamento, com a sociedade. Talvez até já existisse, não estou aqui dizendo que não, mas é bom ver que há todo esse diálogo e a vontade de fazer algo.

Agradeço a Marina, representante direta do Ministro, em relação às suas atividades.



Antes de passar a palavra ao Lars Grael, quero passar a palavra à Deputada Flávia Morais, profissional da área de Educação Física, estivemos juntos na missão na Austrália e na Nova Zelândia. Deputada Flávia, vou atualizá-la sobre os dois itens principais: a inclusão, no Plano Nacional, da responsabilidade da educação e a visão, o ponto de vista principalmente do Ministério da Saúde. Esses dois pontos cruciais serão tratados nesta terceira Mesa Redonda. Nós tivemos oportunidade de ver, tanto na Austrália como na Nova Zelândia, que saúde e esporte são indissociáveis, estão sempre juntos.

Por favor, Deputada Flávia Morais.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Bom dia a todos. Antes de falar qualquer coisa, eu quero parabenizar pela condução dos trabalhos deste importante grupo de trabalho aqui na Comissão do Esporte. O Deputado tem conduzido com muito interesse, com muito empenho, para que nós possamos, sim, oferecer a nossa contribuição para a construção do Plano Nacional do Desporto, o que também envolve o Ministério do Esporte e todas as pessoas que têm interesse e afinidade com essa causa.

Sabemos que é muito difícil falar de esporte em um país onde as políticas públicas prioritárias são sempre nas áreas de saúde e educação. Questões como recursos e estrutura para o esporte sempre ficam em segundo plano. Para nós, isso sempre é um desafio muito grande. Mas eu acho que o momento é muito oportuno.

Nós tivemos aqui no Brasil, nos últimos anos, grandes eventos mundiais, como a Copa, as Paralimpíadas e as Olimpíadas. Com certeza, esses eventos chamam a atenção para o fortalecimento, cada vez maior, das estruturas e das políticas públicas, que trazem os nossos jovens e toda a população brasileira para a prática do esporte. Isso pode, sim, ser um instrumento de desenvolvimento da economia, mas não se trata disso. É muito mais do que isso. O mais importante do esporte é o que ele traz para o desenvolvimento do ser humano, do humano, da pessoa.

Quando eu comecei a participar desta Comissão na outra Legislatura — fico feliz quando me lembro disso, Deputado —, eu era quase uma voz única. O Lindberg lembra muito bem de quando eu falava da importância de nós estamos ampliando, universalizando o acesso ao esporte por meio das nossas escolas,



sempre defendendo que o esporte de alto rendimento e que os grandes atletas são fruto de um esporte de base bem desenvolvido. Como nós tínhamos vários representantes que eram ex-atletas, não havia muita resposta quando eu falava isso. O Jorge também acompanha sempre a Comissão e sabe da dificuldade e do desafio que é colocarmos isso na pauta. Nós já conseguimos avançar muito em relação a isso nesta Legislatura, o que nos deixa feliz.

Nós já temos aqui na nossa bancada, na bancada que acompanha os trabalhos desta Comissão, um entendimento quase unânime em relação à importância de nós termos o fortalecimento do esporte de base no nosso País. E não há outro caminho que não seja por meio das nossas escolas.

Nós sabemos da importância dos clubes na formação de grandes atletas, respeitamos e achamos que eles têm que fazer parte dessa rede de desenvolvimento do esporte. Eu, que também fui Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil, sei da importância de nós termos a escola para levar o atleta, o jovem que pratica esporte, a ter rendimento. No alto rendimento, sim, ele vai para uma instituição mais especializada. Mas a escola não tem interesse em comercializar o passe de nenhum atleta. A escola vai ter um interesse maior no desenvolvimento educacional, na formação da pessoa, do indivíduo. E isso nos preocupa muito.

Para complementar, quero dizer que nós sabemos que não existe milagre nessa luta. Para que possamos desenvolver e fortalecer as atividades esportivas, nós precisamos ter recursos. Isso é muito difícil. Eu falo que o grande desafio do nosso País é conseguir integrar, colocar a educação para sentir a importância do esporte, principalmente na manutenção dos alunos, na motivação do aluno, na diminuição da evasão escolar por meio de atividades esportivas atraentes nas escolas.

Há poucos dias — e ainda votamos ontem —, nós discutimos isso há poucos dias e, ainda ontem, voltamos a discutir sobre a retirada da Educação Física como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Graças a Deus, a retirada foi combatida, e nós enfrentamos o tema e revertemos essa medida.

Eu falo que a intenção dessa medida provisória, que era a de trazer o aluno para a escola, de motivá-lo a participar mais, com certeza, teria um efeito contrário



ao retirar a Educação Física, um importante instrumento de motivação. É claro, desde que haja estrutura, equipe, professores, não apenas o que trabalha com recreação, como disse alguém que nos antecedeu, mas também o professor-treinador, para aqueles que querem, no turno contrário, dedicar-se ao esporte.

Muitos alunos gostariam que a disciplina não fosse obrigatória, mas que a escola oferecesse a prática para aqueles alunos que assim o desejassem. Eu, que tenho uma grande afinidade com a luta dos programas sociais, que acompanho muitas demandas da nossa sociedade, eu sei que o esporte é um instrumento importantíssimo no enfrentamento de uma das maiores mazelas sociais que nós temos hoje no nosso País: a drogadição.

Todo mundo sabe que está fora de controle o uso das drogas e que os índices de violência, que vêm aumentando a cada dia e a cada ano, eles, com certeza, são causados pelo alto índice de drogadição. O esporte é, sim, um forte instrumento de combate e de resgate dos nossos jovens, que, em vez de usarem drogas, vêm para o esporte, e nós sabemos que, muitas vezes, as duas práticas são incompatíveis.

Então, eu não quero me alongar muito, eu quero me colocar à disposição desta Comissão e deste Grupo de Trabalho. Nós estamos acompanhando esta discussão com muito interesse, porque nós acreditamos muito que a aprovação desse Plano vai ser uma revolução no enfrentamento de várias situações difíceis que nós temos hoje no Brasil.

Nós trouxemos uma concepção importantíssima dessa missão realizada: o entendimento da questão do financiamento. Um dado importante que obtivemos durante a visita aos Comitês Olímpicos em outros países é que nenhum deles é financiado com recursos governamentais, todos são financiados por patrocinadores. Os recursos governamentais vão para as escolas e para o esporte de base. Então, esse é um dado importantíssimo.

Nós já estamos com o esboço de um projeto em que há o entendimento de vários Deputados com relação à importância de nós revermos esses recursos oriundos das loterias garantidos para o esporte. Muitas vezes, no esporte de alto rendimento, quando o atleta está apto a competir, quando ele já é um atleta



olímpico, é mais fácil conseguir patrocínio; no esporte de base, não há essa facilidade.

Por isso, está aqui uma sugestão nossa, eu acho que é bom colocá-la em avaliação. De repente, algumas pessoas vão entender que não é o caminho, mas nós acreditamos muito na revisão da distribuição dos recursos destinados para o esporte hoje.

E, além de garantir recursos, é preciso definir a sua destinação. Na minha concepção, a escola vai se interessar mais pelo esporte a partir do momento em que ela receber recursos para o esporte. Então, esse recurso deveria ir para a escola por aluno que pratica esporte, deveria ser calculada uma média pelo esporte oferecido.

Em uma das escolas que nós visitamos, é permitido que o aluno contribua. O aluno paga voluntariamente, porque ele sabe que os programas de esportes oferecidos pela escola são bons.

Aqui, no caso da escola pública, se serão destinados recursos a elas, vamos destiná-los de acordo com o número de programas oferecidos aos alunos. A escola receberá de acordo com o número de alunos que participa daquele programa. Eu acho esse recorte importantíssimo para que tenhamos profissionais mais bem qualificados e o esporte mais bem estruturado nas escolas.

Hoje, a grande dificuldade que nós temos é com relação à recreação. Muitas vezes, aquela pessoa que está ali nem é um professor, e ele ministra aulas de Educação Física sem muita preocupação com uma atividade qualificada que vá estimular uma competição, como diz a nossa companheira, que é saudável e que, com certeza, estimula a permanência e a prática do esporte.

Então, isso tudo é o que nós pensamos, mas sabemos que há muitas outras formas de os recursos chegarem às Secretarias Municipais do Esporte. Se os Municípios tivessem esses recursos, eu não sei se eles poderiam ser aplicados da forma mais adequada do que se os recursos chegassem direto às escolas.

Eu acho que essa questão deveria ser discutida para que houvesse uma ação mais integrada das Secretarias de Esporte dos Municípios com as escolas e a área da saúde. Essa integração não é fácil, nós vivenciamos esta dificuldade, nós trabalhamos com a pessoa idosa também.



Essas políticas intersetoriais não são fáceis, mas eu acredito que se as ações estiverem bem definidas, se as responsabilidades estiverem bem definidas, se os recursos estiverem bem definidos — eu acho que a proposta do Plano é nesse sentido — e se houver recursos para impulsionar e incentivar a implantação de programas de esporte, eu acredito muito que nós vamos fazer uma revolução no País.

Eu quero parabenizar todos os presentes, eu fico feliz em ver tantas pessoas debatendo este tema. Para mim, isso é muito gratificante. Nós estamos à disposição de todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Deputada Flávia Moraes, agradecemos a participação de V.Exa. Realmente, nós nos surpreendemos, em primeiro lugar, com a questão de os Comitês Olímpicos desses países não receberem dinheiro público, de trabalharem restritos ao esporte de alto rendimento — só altíssimo rendimento, *performance* — e de não discutirem sobre os demais.

Há uma coisa fantástica nesses Comitês: os atletas que participam das competições, ao retornarem, porque eles são os grandes ídolos do esporte, eles têm o dever de trabalhar nas escolas — por dias ou períodos — para que eles sirvam de exemplo, levando a marca do patrocinador.

Inclusive, nós solicitamos à Comissão do Esporte que fizesse um levantamento nos Comitês Olímpicos de cada país para verificar quais recebem recursos públicos, como esses recursos são repassados, se é por loterias ou pelo Ministério do Esporte. Então, esse dado está sendo levantado para que tenhamos o entendimento dessas ações, da forma como é separado o esporte escolar.

Agora, sem dúvida, há um trabalho muito forte nesses locais, como o realizado pela Confederação Brasileira de Clubes, pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar — eu aproveito para registrar a presença do Sr. Antônio Hora Filho, da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — e por vários órgãos que trabalham com o esporte de participação. Há um incentivo muito grande do Governo a esses órgãos. O esporte de alto rendimento fica sob a organização exclusiva do Comitê Olímpico local.



Então, a partir desse levantamento, eu acredito que teremos dados de 30 ou 40 principais países com uma realidade próxima da nossa, para que possamos reformular algumas ações ou mantê-las tais como estão.

Agora, eu passo a palavra, pela ordem de inscrição, para o Sr. Lars Schmidt Grael, Presidente da Comissão Nacional de Atletas do Ministério do Esporte.

**O SR. LARS SCHMIDT GRAEL** - Muito obrigado, Exmo. Deputado Evandro Roman, que preside esta Mesa, Deputada Flávia Moraes, demais integrantes da Mesa e participantes deste debate. Eu quero contribuir para nós nos aprofundarmos nessa questão conceitual.

V.Exa. citou a Diretriz 1, com relação à interferência do esporte na educação e se nós podemos ou devemos estipular metas. V.Exa. citou, muito positivamente, a experiência da análise do modelo australiano de combate ao sedentarismo e à obesidade infanto-juvenil. E nós temos também essa vertente com relação ao esporte com saúde e estamos discutindo esporte com educação.

Eu acho que não custa nada nós debatermos ou retomarmos o que seria a cláusula pétrea da legislação esportiva brasileira, que é a Constituição Federal. Para recordar, o art. 217 dispõe que:

*“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: (...)*

*II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; (...)*”

Ou seja, a relação do esporte com a educação é obrigatória. Mas como fazer isso? O Secretário Célio René falou da dificuldade existente na relação entre esporte e educação.

Antigamente, o esporte era uma Secretaria do Ministério da Educação e Cultura. Havia a Secretaria de Educação Física e Desporto, vinculada ao Ministério da Educação, era indissociável. Com o passar do tempo, houve uma separação.

As políticas nacionais de educação lentamente se afastam da educação física e do esporte. O esporte fica falando em desporto escolar educacional, mas não há



uma ingerência no Poder Executivo e uma capacidade de influência tão grande entre a área de esporte e a área de educação.

Onde isso pode acontecer? Aqui, na Câmara dos Deputados, na Casa das Leis, onde os Parlamentares têm a capacidade de, tranquilamente, interagir com a Comissão de Educação e tentar criar esse denominador comum.

Aqui, hoje, nós temos representantes de atletas, de profissionais de Educação Física, de Clubes, do Sistema S, das Confederações, dos Comitês Olímpicos e Paralímpico, do órgão de Controle, o TCU, do Desporto Militar. Na prática, nós do esporte somos um só, não dá para separar o nosso interesse olhando para o umbigo do esporte educacional ou do esporte de alto rendimento.

Então, nós temos essa vertente clara da nossa obrigação social com relação às políticas de saúde, com as políticas de educação, mas o esporte também é indissociável de políticas de meio ambiente.

Daqui a 2 semanas, teremos um evento no Estado de V.Exa., no Paraná, em que o Executivo Estadual e a SANEPAR discutirão a utilização sustentável da Represa do Passaúna para esportes náuticos. O Tomasini é uma pessoa que desenvolveu muito esse trabalho por lá.

Há relação entre o esporte e a cultura, entre o esporte e o turismo. Cada vez que nós promovemos um evento esportivo, há um impacto direto com as políticas de turismo. Há relação do esporte com defesa e soberania nacional: está aqui a Comissão Desportiva Militar brasileira, que sabe muito bem a relação do Brasil com imagem e defesa.

Nós não podemos separar as políticas de esporte e lazer das de esporte de participação, das de esporte escolar, das de esporte educacional, das de esporte de formação, das de esporte de alto rendimento.

Não dá para separar o esporte civil do esporte militar; o amador, em que muita gente pode se tornar também um profissional.

Deputado, eu fui formado em clubes mesmo o meu esporte sendo rotulado como esporte de elite, a vela. Essa é a pecha que nós carregamos, a de um país que tem a pobreza de não ter cultura náutica. Então, praticado por poucos, é visto como esporte de elite. A minha primeira competição nacional foi nos Jogos Estudantis Brasileiros — JEBs.



Lembro que, nos anos 70, essa competição era tão importante que esportes, digamos exóticos, como vela e hipismo, já participaram de competições estudantis. A minha formação de primeira competição para despertar o interesse e a vontade veio de lá.

Aqui no Brasil, que eu saiba, o único colégio que oferece a prática da modalidade da vela, citando esse exemplo raro, é o Colégio Humboldt, em São Paulo, que é particular e faz uso de um clube — olhem só a sinergia entre educação e um clube esportivo —, que é o Clube Santo Amaro, que entra com as instalações, com as embarcações e o colégio entra com os alunos, e isso funciona bem.

Lembro-me da Martine Grael, Suboficial da Marinha do Brasil, que conquistou a medalha de ouro com a Kahena, a sua iniciação na vela se deu em uma escola pública na Nova Zelândia, quando o pai dela morou lá. Isso é possível! Se isso é possível com a vela, imaginem com o atletismo, com o tênis de mesa, com o judô.

Nós aqui não podemos legislar sobre metas específicas da educação, mas temos que ter metas claras para o desporto educacional. Eu acho que o papel da Câmara dos Deputados, nesse sentido, é fundamental. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Lars Grael, muito obrigado pela sua contribuição.

Eu tenho que ser um bom ouvinte porque eu sou Relator, mas me veio uma mensagem agora. Eu, garoto, na década de 80, vendo um atleta que participava da mesma modalidade que eu com uma camiseta do JEBs. Eu lembro a sensação que eu tive, que foi a de dizer: um dia eu quero participar de um JEBs, eu quero participar dos Jogos Escolares Brasileiros.

Eu quero dizer que — sem saudosismo, não vou entrar nessa linha — ele faz uma falta muito grande a quem viveu esse período. Cada um a seu tempo, tudo bem, mas ele era uma referência para todos dos seus Estados um dia chegar lá. Era característico se dizer: *“se eu passar por aqui, eu chego lá”*. Podemos até dizer que temos a olimpíada disso, a olimpíada daquilo, mas o JEBs tinha uma característica de meta.

Isso, dentro de um Estado como o do Paraná, onde eu me criei, eu digo a você, pela força do ídolo que você tem, isso daqui, para mim, era uma grande



referência para eu chegar lá um dia. Eu não consegui. Quando terminou a frustração aumentou porque eu nunca consegui.

Você tocou em um assunto, Lars, fantástico, que é isso aí. Repito, há um pouco de saudosismo. Os sentimentos se reportam a idades muito mais tranquilas de nossas vidas, mas é uma bela realidade. Obrigado pela sua contribuição.

Pela relação, tem a palavra o Sr. Tomasini, Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem.

**O SR. JOÃO TOMASINI SCHWERTNER** - Bom dia, Deputado Evandro Roman, Deputada Flávia Morais e demais integrantes da Mesa.

Eu ia começar por outra área, mas vou aproveitar o gancho dos JEBs. Isso é rendimento, é interação entre o educacional e o rendimento. E a minha fala vai ser muito curta.

Nós não podemos retirar recursos de um segmento que representa menos de 1% do PIB. Precisamos agregar recursos, buscando a saúde, buscando a educação. Não é possível retirar recursos da área de rendimento, que é o espelho dos JEBs, de um esporte educacional, e agregá-los a outra área. Nós precisamos agregar o Orçamento. O esporte representa menos de 1% do PIB, do Orçamento federal.

Então, não é possível retirar recursos. Nós temos que agregar recursos ao esporte brasileiro, ao esporte educacional, que são a base dos clubes, das confederações e federações. Vou um pouco mais longe. Se os Estados não se ativarem à manutenção, ao auxílio das federações estaduais, o esporte estruturado não vai funcionar. As federações, em suas raras exceções — desculpem-me pela brincadeira agora —, estão no porta-malas dos presidentes e, às vezes, nem no porta-malas, mas no bagageiro da moto.

Se as federações estaduais não forem reforçadas, o esporte estrutural não vai funcionar. As confederações são fortes, graças à Lei Agnelo/Piva e a todo um trabalho que foi feito desde a sua aprovação. A estruturação administrativa das confederações e a estrutura que o Comitê Olímpico nos obrigou a ter para a prestação de contas e outras coisas se devem à Lei Agnelo/Piva. As federações precisam de um suporte dos Governos Estaduais, e não dá para haver uma legislação em cada Estado. Esta Casa precisa mostrar aos Estados a importância do suporte às federações.



Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Tomasini, pelas belas colocações. Eu penso na mesma linha. Não há o que retroceder, não temos o que voltar. Agora, nós temos que trabalhar em uma linha. Lembro que não há dinheiro novo, e eu já falei isso em outros momentos. O País está em recessão e passa por dificuldades, mas nós temos que ter estratégias. É por isso que estamos aqui, porque somos cabeças pensantes. E já falei sobre uma das estratégias na reunião anterior.

Eu faço parte da equipe que está trabalhando no Marco Regulatório dos Jogos no Brasil e irei a Macau no dia 4 de janeiro. Não tenho nenhum parente envolvido nisso, nenhum amigo bicheiro, não tenho nada, mas quero dizer que nós não podemos perder a grande carona, principalmente para gerarmos um dinheiro novo para o que queremos. Para alcançarmos esse objetivo, em primeiro lugar, precisamos nos organizar e ter um Plano Nacional do Desporto.

Eu falo que não dá para haver um balcão de situações. Eu não estou dizendo que isso ocorre, mas, em alguns momentos, tem-se a sensação. Por exemplo: quando você chega a um Ministério e pergunta: "*O que é que você tem para mim aí?*" Não. Tem que haver o Plano, para que se diga que isso está ou não dentro dele. Aí nós conseguiremos chegar... Quem não sabe o que procura não entende o que encontra. Eu gosto dessa frase de Claude Bernard. Isso é muito claro.

Então, vamos trabalhar no Marco Regulatório dos Jogos no Brasil. Avançamos muito nesse caminho, para que se fique com um percentual muito bom, Presidente Jorge Steinhilber, voltado para tal e tal esporte, dentro das suas definições, tal como é. E eu vou perguntar o seguinte: Na cidade de algum dos senhores, o jogo do bicho deixou de existir? Sem hipocrisia! Não precisam me responder que existe, que está lá. Sabe o que alimenta esse dinheiro do imposto, que poderia vir para o esporte, para a educação, enfim, para o que nós sonhamos? Ele acaba alimentando a polícia corrupta ou outras linhas da clandestinidade.

Ouvi muitas coisas que me fizeram refletir. Agora, podemos, sim, ter alguns locais como cassino, por exemplo. Somos o único país do mundo que não tem cassino. Eu falo que o Brasil é o único país do mundo de muitas coisas. O mundo



inteiro usa como referência o *diesel* para motores leves, o Brasil não usa. O Brasil entende que o jogo é um grande problema, mas ele existe, está aí.

Já que está sendo discutido amplamente, vamos pegar uma carona, vamos discutir em um momento oportuno essa distribuição. Só para dizer: estou dentro da Comissão, conversando, e o momento oportuno poderá ser, assim, uma convocação com a Comissão, e quem puder venha. Quando? Depois de amanhã. Por quê? Porque talvez aquela situação do relatório tenha escapado, mas nós vamos ter que ser ouvidos.

Eu estou ali nessa linha de busca. Agora, devemos jamais retroceder em uma linha dessas. Eu falo assim: o esporte espetáculo já foi, que é toda essa vivência que tivemos desde o Pan-Americano. Agora, é a hora de organizar, mas nós temos que organizar também a questão do esporte escolar e do esporte de participação pela questão da saúde.

Passo a palavra agora à Sra. Mônica Marques.

**A SRA. MÔNICA MARQUES** - Bom dia a todos os presentes. Estou aqui representando a Associação Brasileira de Academias — ACAD. Fico muito contente já com essa introdução que nós tivemos até este momento, ao falar especialmente sobre obesidade infantil, sobre acesso ao esporte e lazer, porque eu acredito que as academias hoje cumprem um importante papel em trazer as pessoas para atividade física.

Acho que essa divisão entre formação educacional, alto rendimento e mesmo de participação para nós, realmente, também não faz muito sentido, porque nós acabamos atuando, enquanto estabelecimentos de práticas esportivas, em todas elas. Nós temos crianças que aprendem a nadar nas academias. Uma boa parte dos atletas que temos hoje veio de esporte praticado na iniciativa privada. Nós temos pessoas na idade adulta que não se enquadram nem no educacional, nem no alto rendimento, e quase todos eles acabam sendo atendidos pelas academias no Brasil todo. Então, nós não sentimos grandes parceiros e contribuintes para que atividade física possa ser praticada em todas as cidades do Brasil.

Gostaria de acrescentar aqui também que, quando se fala de saúde e educação física ou saúde e esportes juntos, foi publicada agora, em julho de 2016, pelo *American Heart Associativo* uma pesquisa que foi feita entre 26 mil pessoas no



ano de 2012, comparando os custos da saúde entre praticantes e não praticantes de atividades. A conclusão a que eles chegaram, em número, é que as pessoas que eram ativas fisicamente tiveram um gasto anual de 400 dólares a menos por pessoas em medicamentos e 1.400 dólares a menos em internações.

Então, eu não sei de alguma pesquisa que quantifique isso no Brasil, mas é fato que a atividade física tem um impacto importante na redução dos custos da saúde. Portanto, esta Comissão tem uma tarefa importante, que é valorizar a prática de atividade física, até para que nós possamos, no futuro, continuar mantendo a nossa população saudável, tendo em vista o aumento muito grande de hipertensão, diabetes e outros fatores.

Para que a população seja mais ativa, precisamos, em primeiro lugar, derrubar as barreiras que hoje têm dificultado esse acesso à prática de atividades físicas. Na prática, nós somos um País muito numeroso, onde a população nem sempre tem dinheiro para praticar, mas nós temos aí academias de todos os portes e de todos os preços, que estão nessa tarefa de oferecer também essa atividade.

Nós precisamos, enquanto setor, de ações que facilitem e que barateiem esse acesso. Quando falamos de facilitar o acesso, precisamos ter nas universidades uma formação mais voltada para o atendimento do adulto sedentário. Hoje, as formações de licenciatura e bacharelado são muito voltadas para o que se chama de desporto educacional e o de alto rendimento. Inclusive, em algumas praças, nós temos dificuldades de encontrar profissionais com bacharelado. A maioria oferece mais cursos de licenciatura do que bacharelado.

Também falando sobre o acesso, às vezes, algumas ações, algumas práticas dificultam demais. Vou dar um exemplo para vocês. No mês passado, nós fomos surpreendidos por uma lei municipal em Manaus que obriga exames médicos e cardiológicos anuais para todos os praticantes de academia. Para vocês terem uma ideia, em Manaus existem apenas 76 médicos cardiologistas para atender uma população de 2 milhões e 50 mil habitantes. Então, se eles estivessem integralmente dedicados somente a fazer atestado médico para os praticantes de academia, trabalhando 10 horas por dia nisso, levariam 122 dias para se conseguir uma consulta.



Às vezes, algumas das ações que visam a segurança da população acabam tendo efeito contrário, que é dificultar e encarecer o acesso. Então, as pessoas não conseguem ter essas consultas nem nos consultórios particulares e nem pagar por esses exames. No setor público, se nós retirarmos esses médicos dos atendimentos nos hospitais e colocarmos nas academias, o impacto pode ser ainda pior. Então, algumas dessas iniciativas precisam ser olhadas com muito cuidado, porque, muitas vezes, elas, na verdade, geram barreiras para o acesso. Se pessoa que está lá sedentária em casa no sofá há 2 anos pensando se vai fazer atividade física ou não, ao chegar à academia, ela tem que voltar, porque não fez um exame médico, isso, na verdade, não vai à direção do que está se propondo nesta Comissão. Esses assuntos precisam ser olhados com mais cuidado.

No sentido de baratear a prática, nós sabemos que o Brasil está numa situação difícil economicamente. Falar em isenções e tributos é uma questão muito difícil hoje. Como disse o Deputado Evandro Roman, nós não temos dinheiro novo, nem temos a perspectiva disso. Mas é preciso olhar também as dificuldades que existem, principalmente nos grandes centros urbanos. Por exemplo, as taxas de IPTU já se tornam impeditivas para quem deseja manter uma quadra ou uma piscina semiolímpica, que precisam de áreas maiores para realizar determinados tipos de esportes. Então, não sei em que ponto nós poderíamos pensar aqui ou depois, em outros comitês ou ações futuras, de quais são as estruturas de impostos ou de tributos que poderiam eventualmente facilitar isso.

E, de maneira geral, o que encarece também a atividade física é o excesso de normas e de regulamentações. Então, que nós tenhamos aqui nesta Comissão um olhar para eliminar todas essas barreiras. Temos, sim, a obesidade infantil aumentando, mas não só a infantil. A nossa população está ficando cada vez mais doente. A atividade física em si, independentemente da parceria com a educação ou com a saúde, vai ter como efeito colateral, como resultado, mais saúde e menos doença para a nossa população. Então, não é necessário que haja tanta regulamentação, tantas normas, mas, sim, que as pessoas efetivamente, no dia a dia, tenham facilidade do acesso para a prática de atividade física em qualquer local.

É isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Mônica, obrigado pela sua colocação.

Eu diria, iniciando pela questão do médico, que nós buscamos esse projeto. Sabíamos que esse projeto estava rodando e o esperávamos que viesse para a Comissão do Esporte. Pasmem: ele não foi designado para cá. Nós fomos à Presidência e falamos ao Presidente Rodrigo Maia: *“Olha, isso tem que passar por lá. Como é que ele vai atingir diretamente uma clientela, uma ação, quanto ao esporte, à prática da atividade física? Sou o Presidente da Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano, e isso não vai passar por nós?”*

Resumindo: o projeto está chegando, ainda não chegou, mas não viria. Ia ser uma situação direta pela Comissão de Constituição e Justiça. Então, já solicitei a relatoria. Há uma disputa interna. O Deputado Goulart, que é da Comissão, também gostaria, mas, se precisar, nós construímos isso juntos.

Eu vou lhe dizer assim: tenho de respeitar as linhas, as tendências, mas não posso deixar de analisar como um grande absurdo. Ismar, você que é o nosso grande amigo do Tribunal de Contas, em um País que tem que trazer 15 mil médicos, entre a primeira leva e a segunda, de Cuba, porque temos a ausência, a regra prevê, pelo menos, por 4 ou 5 horas por dia, um profissional dentro de uma academia, só dando atestado médico, fazendo a missão de verificar a frequência cardíaca e pressão arterial. Quer dizer, é um absurdo. Acho que isso vai trazer uma dificuldade muito grande, mas — eu já estou praticamente dando o meu pensamento em relação ao voto — é uma linha. Está aqui: a eterna vigilância faz com que alguns absurdos não venham a ocorrer dentro desta Casa, porque existe o corporativismo, as ações. Podem me tachar também de corporativista em uma linha dessas, mas eu quero dizer que é inadmissível uma situação como essa.

Para ser breve, como Presidente da Frente Parlamentar da Atividade Física, nós vamos precisar muito da ACAD, pelo seguinte aspecto: começamos a pensar, durante um bom tempo, o que iríamos fazer, nós não conseguimos conscientizar os nossos Parlamentares de que, em primeiro lugar, eles coloquem emendas destinadas à prática da atividade física. Não é uma questão de praxe, Fernando. É uma ação que acaba hora ou outra. Então, nós estamos tentando trazer para dentro da Casa um trabalho de estudos que será junto a uma universidade de aqui de



Brasília — não é a UNB e não me vem o nome agora —, para que venhamos a fazer um trabalho junto ao CNPQ e um trabalho de pesquisa junto aos Parlamentares.

Eu digo: a grande maioria aqui está obesa ou com sobrepeso, diabético, hipertenso, com cardiopatias. Enfim, qual é a grande linha? A de entramos em contato e acompanhá-lo em um projeto como esse. Vocês imaginem o seguinte: eu tive que entrar em contato com uma empresa que produz materiais de academia para ver se ela doa. Se disserem na imprensa que está sendo montada uma academia para os Parlamentares cai o mundo aqui, quer dizer, não é possível. Então, nós temos que arrumar alguém que doe. Está se iniciando uma ação. E que nós possamos estar acompanhando com essa equipe de umas 50 pessoas e que nós possamos, gratuitamente, sem custo nenhum, já vou dizendo isso, porque senão isso gera um belo problema, estão pensando em transformar aquilo num grande, já chamavam de Parlashopping, com muitas coisas. A população, com muita razão, muita razão; não é pouca, não. Mas essa linha diz o seguinte: a partir do momento que eu conscientizar o Parlamentar e que os índices dos fatores de risco venham diminuir, ele vai poder ir para os 40, 50, 100 Municípios que ele acompanha, com o primeiro, segundo ou terceiro Deputado, e levar essa informação. E lá nós vamos crescendo.

É uma estratégia, e pode não dar certo, mas nós estamos trabalhando internamente para tentar ver essa aplicação a partir do ano que vem. Já iniciamos umas discussões e vamos, no momento certo, trazer inclusive o Conselho Federal e o Conselho Regional de Educação Física de Brasília para que estejam juntos e para que nós possamos estar trabalhando isso. A ideia é pegar pelo exemplo, essa é a grande linha. Obrigado.

Passo a palavra à Sra. Maria Luiza, Gerente de Desenvolvimento Físico-Esportivo do Serviço Social do Comércio.

**A SRA. MARIA LUIZA SOUZA DIAS** - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Evandro Roman, o Lindeberg, o Célio.

Bom dia.

E parabênizo por esse desafio que vocês resolveram assumir, de liderar essa criação do Plano Nacional do Desporto.



Eu aqui represento o SESC, e as nossas contribuições serão no sentido do esporte adotamos no SESC, o esporte a que nós nos dedicamos, visto que essa dimensão fundamenta as nossas análises e as nossas propostas e também estão muito alinhadas com o que nós estamos conversando aqui hoje, sobre o esporte é esse. O esporte entendido como um fenômeno; como manifestação da cultura de uma sociedade; como um meio de educação; um direito de todos, como já foi dito aqui por várias pessoas. E permeado por princípios e valores, como por exemplo, a questão da Integração, da socialização, do respeito à diversidade, da inclusão social, da ética e da cooperação, tão presentes em todos os níveis do esporte, do desenvolvimento pessoal e também social.

Seria importante dizer e já pontuar que nós reconhecemos a importância do esporte de alto rendimento e o quanto ele é importante para projetar o País no cenário esportivo mundial e no cenário também econômico. Contudo, como foi dito pela Deputada Flávia, nós acreditamos que o esporte de alto rendimento já possui hoje estruturas capazes de mantê-lo, de financiá-lo, além de ser uma dimensão não acessível a todos. E, nesse sentido, nós também defendemos a ideia de que o Plano Nacional de Desporto deve priorizar, nas suas diretrizes, esse esporte para toda a população, que é esse esporte democrático possível e acessível para todas as pessoas, independente da idade, do nível de habilidade ou dos objetivos da prática. É um esporte que, sob o nosso ponto de vista, prima pelo desenvolvimento pessoal e também social, capaz de desencadear uma melhor qualidade de vida. Estamos há tanto tempo falando em saúde e falamos que é para esse esporte que também gostaríamos de contribuir com nossas sugestões.

E existe um dado muito importante que nos trouxe a pesquisa de esporte. Foi perguntado às pessoas qual deveria ser a prioridade de investimento governamental com relação ao esporte. E 76% das pessoas responderam que o Governo deveria investir nas atividades esportivas para a população. Então, existe também um desejo da população que se invista no esporte para todos.

A partir dessa introdução, eu apresento aqui, de forma um pouco mais concreta, algumas sugestões que também estão alinhadas com o que foi conversado até agora. Primeiramente, é a questão de democratizar o esporte na escola pública, a partir da elaboração de projetos de difusão e formação esportiva para



crianças e também para os jovens no contraturno escolar. Eu não estou falando da educação física escolar; estou falando do contraturno escolar.

Com uma oferta de atividades que possibilitam para os novos a questão da alfabetização corporal, o *physical littares*, que vocês devem ter tomado contato nos vários países que visitaram.

O aprendizado de diversas modalidades esportivas, desde o futebol, basquete, voleibol, até as lutas, as danças, a vela, e isso de forma igualitária, lembrando os meninos e das meninas também, que estão tão distante ainda da prática esportiva. E sem esquecer também dos alunos com deficiência.

A nossa segunda sugestão é no sentido de estruturar e garantir em cada Município programa de esportes para toda a vida, que visem ao aprendizado ou à continuidade da prática esportiva por todos. Não é só ensinar a prática, mas garantir que as pessoas continuem praticando, dar condições para que elas continuem praticando. E estabelecer estratégias para motivar essas pessoas para que continuem na prática. E incluir também crianças, jovens, adultos, sem se esquecer dos idosos. Nós encontramos na proposta poucas referências à prática esportiva para os idosos. E, mais uma vez, também as pessoas com deficiência.

E esses programas segundo a nossa sugestão, eles poderiam ser efetivados a partir da iniciativa pública mesmo, de parcerias público-privadas, de projetos sociais envolvendo ONGs, de instituições, como por exemplo, as próprias Entidades "S", que aqui eu represento.

E, para fortalecer essas ações vinculadas ao esporte para toda vida e essa democratização do esporte e a formação esportiva das crianças e jovens no contraturno escolar, criar uma rede de cooperação junto à iniciativa pública e privada e o terceiro setor para o desenvolvimento de programas e projetos, já que foi dito aqui por um representante do Ministério da Educação que apenas 33% das escolas públicas possuem quadras. E temos várias instituições que possuem quadras. Nesse sentido, sugerimos a criação dessa rede de cooperação.

A nossa próxima contribuição é no sentido de envolver as universidades, de estabelecer estratégias de envolvimento e cooperação entre universidades, organizações públicas e privadas e o terceiro setor que desenvolvem programas esportivos, seja na escola, ou seja, na comunidade, para a produção de pesquisas



que tragam conhecimentos sobre a criação de métodos de ensino, métodos eficientes e eficazes de modalidades esportivas, além de outras pesquisas que possam contribuir tanto com a profissionalização da área, quanto com a gestão esportiva, uma necessidade tão grande para o nosso País agora, que termina uma Década do Esporte, como estamos chamando. Vários espaços esportivos estão disponíveis para que implantemos programas e necessitam de uma boa gestão esportiva.

E, por fim, como já foi dito também pela Deputada Flávia, criar uma agência ou uma comissão de gestão e acompanhamento desses programas e projetos, que possam trabalhar na estruturação, no acompanhamento e na avaliação desses projetos, que foram elaborados a partir do Plano Nacional. Ou seja, garantir ações e propostas e garantir que essas ações e propostas realmente sejam executadas, e executadas com qualidade, trazendo benefícios para a nossa população.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, pela sua contribuição.

Nós já tínhamos sido cobrados da ausência da palavra do paradesporto, por várias vezes também dos judocas. Como ele está em construção ainda, nós temos de ter realmente todo esse cuidado porque é algo. Quer dizer, trabalha-se contemplando, mas não se deixa explícito; e ele tem de estar explícito. Concordo também.

E o envolvimento do Sistema “S” é fundamental nessa linha. Parabéns e obrigado pela contribuição. Obrigado, mesmo. Pode ter certeza que vamos levar em consideração as ações.

Antes só de passar ao Sr. Jorge Steinhilber, passo ao Presidente da Comissão de Esporte, que chegou aqui, o Deputado César Halum, do Tocantins, só para dar as boas-vindas aos senhores.

Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM** - Muito obrigado, meu sempre Presidente Roman.

Eu gostaria apenas de justificar que nós estamos hoje envolvidos na luta pelo Orçamento. De nada adianta estabelecermos o Plano Nacional do Desporto e termos projetos interessantes, sendo que nós estamos com nosso Orçamento para o



Esporte de 2017 totalmente inviável. E nós estamos lutando aqui na Comissão de Orçamento. Vim até roubar daqui o Lindeberg um pouco, porque o Relator-Geral, que é o Senador Eduardo Braga, está atendendo, para tentarmos revertermos alguns casos na parte orçamentária.

Mas, enquanto isso, estamos fazendo a discussão desse Plano Nacional do Desporto, muito bem conduzida pelo Deputado Evandro Roman, que tem tido todo o apoio da Comissão, justamente pelo belo trabalho que vem realizando. E nós entendemos que esse é o trabalho que não pode ser construído com duas mãos. É preciso de várias mãos para isso. E ele consegue agregar todos vocês aqui e tantas entidades com participação importante, dando essa contribuição para que se faça um plano realmente que atenda as necessidades do povo brasileiro, do esporte brasileiro. E cada um trabalhando na sua área.

Vocês me desculpem, eu vou me ausentar em função disso. Se nós terminamos a tempo a reunião na Comissão do Orçamento, voltaremos aqui para concluir. Mas, desde já, eu agradeço imensamente a importante participação de todos vocês, que têm atendido ao chamamento desta Comissão. E queremos ser cúmplices de vocês em tudo, no que se refere ao esporte e ao planejamento do esporte brasileiro.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Presidente, obrigado pelas suas considerações. Realmente, V.Exa. tem tocado muito bem e, principalmente, como todo Parlamentar, V.Exa. é um bom ouvinte. Gostaria que todos tivessem realmente esse espírito de ser bom ouvinte, porque é o que nos cabe como representantes da população.

Passo a palavra o Presidente do CONFEF, Sr. Jorge Steinhilber.

**O SR. JORGE STEINHILBER** - Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Deputado, mais uma vez, cumprimento-o pela corajosa iniciativa de estar aqui construindo um Plano Nacional do Desporto. Tenho certeza que, de alguma forma, isso vai contribuir para que possamos avançar nesse processo do que é o esporte hoje.



Primeiramente, gostaria de endossar as palavras da Deputada Flávia Moraes, que realmente deixou claro o que deve ser prioridade e me alinhar ao Lars Grael no sentido de dizer que, de fato, nós precisamos estabelecer uma lei, estabelecer legislação. Esta Casa tem a coragem de construir essa legislação. E esse plano está bem elaborado, eu tenho participado dele desde o início e já cumprimento pela sua confecção. Mas dificilmente ele conseguirá ser um plano finalizado. Cada vez que nos encontrarmos aqui, nós vamos encontrar mais algum ponto, mais alguma coisa para acrescentar, mais alguma coisa para melhorá-lo. Mas é necessário que realmente se faça uma lei, que se se crie uma lei que tenha a coragem apresentar efetivamente um conceito.

Por exemplo, o conceito de esporte. Qual é o conceito Esporte? O Célio colocou bem essa situação. Estamos discutindo, então, qual é o conceito? É preciso definir qual é o conceito. Qual é o conceito de atleta? É preciso definir qual é o conceito de atleta. Qual é o conceito de potência esportiva?

Então, falamos de esporte, de atleta e de potência esportiva, mas cada um entende uma coisa. Um entende que é medalha, outro entende que é alto rendimento, e outro entende que é baixo rendimento.

O Lars Grael colocou muito bem que, na Constituição, desde 88, diz que os recursos financeiros devem ser para o esporte educacional. Mas, se nós formos olhar onde ele foi gasto, ele foi gasto no alto rendimento. É óbvio, ele foi gasto no alto rendimento, porque nós tivemos uma década de grandes eventos esportivos que precisavam ser feitos. E nós ganhamos muitas medalhas. Ganhamos medalhas de obesidade, ganhamos medalhas de inatividade física, e, ontem, ganhamos medalhas de que pioramos na matemática, pioramos no português e pioramos na educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - E dobramos os investimentos. Em 10 anos, na educação, eram 3,5 bilhões de reais e foram para 6,3 bilhões de reais, mas os nossos índices, principalmente do ensino médio caíram.

**O SR. JORGE STEINHILBER** - Então, o senhor vê que nem sempre é questão de orçamento, nem sempre a questão é só recursos. Esta é uma questão que precisamos debruçar-nos com toda coragem. Eu entendo perfeitamente a necessidade recurso. Não estou discutindo aqui que sejamos contra os recursos,



pelo amor de Deus! Mas não adianta termos recursos e não temos um planejamento para isso. Nós estamos vendo hoje o que está acontecendo com a Vila Olímpica, no Rio de Janeiro. Ou seja, construiu-se, gastou-se e não se pensou o que vai ser feito com ela. Está há 3 meses parada.

Nós não conseguimos realizar jogos entre Vasco e Flamengo na competição do basquetebol, porque não se tem arena. Nós acabamos de realizar Jogos Olímpicos e não temos arena? Quer dizer, vejam as contradições que nós vivemos.

Então, vou me alinhar realmente com o Lars, no sentido da necessidade de esta Casa ter a coragem de construir uma lei, estabelecer uma lei. É isto. Vai receber críticas? Vai, mas se não as criarmos, se nós ficarmos somente na reflexão, no pensamento, no talvez, no como, e se nós ficarmos, perdoe-me, Deputado, querendo abraçar todas as manifestações — educação física escolar, esporte escolar, e esporte formação, esporte desenvolvimento, esporte de alto rendimento — não vamos chegar a lugar nenhum. Ou se elege uma prioridade no sentido de realmente de se investir e atuar num segmento, senão, na sequência disso, de fato, vamos continuar patinando, como nós temos patinando hoje.

Como a Maria Luiza muito bem disse, 76% das pessoas elegeram já uma prioridade. Qual é a nossa? Qual é a prioridade do nosso Plano Nacional de Esporte? Qual é a prioridade do Sistema Nacional de Esporte? Eu volto a insistir que há necessidade disso.

Nós já tivemos o esporte considerado como questão de saúde; tivemos o esporte considerado como questão qualidade de vida; hoje, a UNESCO elegeu o esporte como desenvolvimento social. Então, cada vez há uma concepção. Mas o que, de fato, nós estamos fazendo para isso?

Volto a insistir e dizer que esse plano precisa ser corajosamente encaminhado ao Ministério do Esporte, onde, sem dúvida alguma, será desenvolvido esse trabalho, mas é preciso também que se faça alguma lei nesse sentido.

Uma sugestão que faço é de que esse projeto, quando for definido, quando for elaborado o Plano Nacional do Esporte, que ele seja também encaminhado àquele grupo de trabalho do Senado, da Lei Geral do Esporte. Já que eles estão desenvolvendo uma lei, e pelo que eu li na lei, parece que não há muito diálogo entre este plano aqui, o sistema e a Lei Geral do Esporte, é necessário que eles



recebam esse material, para poderem também construir alguma coisa relacionada a essa questão.

Finalizando, queria dizer, Deputado, e não me interprete mal, que eu considero importantíssimo conhecermos os outros países e o que acontece lá, mas nós temos vários exemplos no nosso País. E eu vou dizer o senhor, se todas as escolas do Brasil fossem igual ao Centro Experimental Samaranch, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, tudo estaria excelente. É uma escola em tempo integral, com ar condicionado, 450 crianças por aluno, e hoje, campeã em todas as atividades esportivas. Então, o senhor veja, nós temos aqui no Brasil um exemplo de uma escola que pode ser feito. Se isso vai poder ser feito para 5 mil escolas, é outro departamento. Mas existe um exemplo aqui de uma escola que foi criada há 5 ou 6 anos, cujo resultado em termos cognitivos, em termo de conhecimento, em termos esportivos, em termos de qualidade de vida e desenvolvimento social é perfeitamente exequível. O que deveríamos fazer é debruçarmo-nos sobre essas questões.

Depois, eu tenho algumas questões diretivas, pontuais, quando começar a discussão, para acrescentar nas diretrizes.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Presidente pelas colocações. Quando o senhor começou a falar de Santa Teresa, pensei que é da Suíça, no nível positivo. É bom, e pode ter certeza que estaremos trabalhando para visitá-la antes de fechar, para que nós possamos ter essas ações bem diretas.

Nós já estivemos visitando outras também no Brasil. Elas existem, mas são isoladas. Então, nós estamos tentando buscar uma que seja de política pública, que ela seja o que a política pública de tal país fez para que pudesse avançar. E, quando se vai visitar uma escola, eu concordo, e tenho outros exemplos também, ela fica de uma forma isolada e talvez ela trabalhe muito naquela situação provinciana. E nós estamos tentando buscar uma questão de política pública, numa linha... Eu sei que o senhor tem sua formação...

**O SR. JORGE STEINHILBER** - Só para dizer que é uma escola municipal.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Sim, justamente. Mas ela acaba ficando numa situação localizada. Por isso, podem ter certeza de que eu quero estar lá; e quero ter a sua presença, para que possamos estar avaliando.

Quero retificar algo. Eu falei que, para o ensino, foram 3,5 bilhões. Eu me equivoquei. Dez anos atrás, quando houve a Prova Brasil, investia-se 3,5% do Produto Interno Bruto - PIB. Hoje, investe-se 6,3%, quase 6,4%, e os índices do ensino médio caíram. Algo tem que ser analisado.

É por isso que as pessoas criticam a MP 746, que é a do ensino médio — não quero nem confundir as coisas —. Mas, há locais que não é só dinheiro, não. Alguma coisa deu errado. Não sei o quê. Vamos discutir, vamos sentar à mesa para ver. Agora, recurso não foi. Todos os outros índices — universitário, ensino básico, fundamental, inicial e séries finais — cresceram; ensino médio caiu. Vamos ter que conversar. O investimento quase dobrou, e os índices de 10 anos atrás eram melhores do que os de hoje, com o mesmo método, mesma avaliação. Esta é outra discussão, em outra Comissão.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Ismar, do Tribunal de Contas da União.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Bom dia a todos, Deputado Evandro Roman, em nome de quem cumprimento os membros da Mesa e demais participantes desta mesa redonda. É com muita satisfação que voltamos aqui, neste esforço que o Tribunal de Contas da União faz questão de se unir em propor e discutir um Plano Nacional do Desporto para o Brasil.

Eu fico enormemente feliz em ver a evolução das discussões e perceber, por exemplo, que as duas primeiras diretrizes propostas tocam exatamente no que nós do TCU entendemos que hoje está mais carente a política pública de esporte, que é fazer o *link* com as áreas de educação e saúde. As duas primeiras diretrizes dão a prioridade ideal a essas duas áreas.

A propósito, gostaria de aproveitar para parabenizar esta Casa, principalmente V.Exa., no esforço que fez, e a conquista que foi retornar a disciplina Educação Física como obrigatória. Isso é realmente fundamental, é muito importante, é digno de registro, e representa, certamente, um avanço nessa discussão.



A nossa palavra aqui representa o TCU. É importante sempre colocar qual é o nosso objetivo quando participamos e atuamos, no Tribunal de Contas da União, em conjunto e junto ao Governo Federal e aos órgãos do setor público: a nossa intenção sempre foi atuar no sentido de contribuir com o País, com a Administração, na execução da política pública que é definida exatamente nesta Casa. E isso é em nome do beneficiário final da política.

Em termos de esporte, portanto, todo nosso esforço tem sido no sentido de avaliar se o esporte tem chegado a quem deve. Eu já me sinto muito contemplado com as falas do Lars Graef e da Deputada Flávia Moraes, quando refletem sobre a diretriz constitucional, que é Clara, sobre a importância e a prioridade que deve ter desporto de participação, o desporto escolar. Não vamos perder de vista, naturalmente, a importância do desporto de alto rendimento, que nos dá a projeção, autoestima, e que motiva os jovens. Porém, o grande desafio, penso eu, é que possamos desenvolver mecanismos para, realmente, fazer valer uma política pública de verdade na área de esporte — política pública essa que passa, necessariamente, pelo incremento do investimento e das ações nas áreas de educação e saúde conectadas com a área de esporte.

Um grande passo está sendo dado, porque a base de qualquer política pública é o planejamento, como sabemos. E o Plano Nacional de Desporto é o grande instrumento que dará concretude a esta diretriz constitucional.

Eu quero aproveitar a oportunidade e trazer ao conhecimento da Casa que o Tribunal de Contas da União, no dia de ontem, no Plenário, aprovou dois relatórios de auditoria muito importantes para os debates que fazendo neste momento. Um deles é o Fisc Esporte. O TCU vem elaborando análises das funções de Governo de forma sistêmicas, e já fez isso em várias áreas — educação, saúde, previdência. Mas, pela primeira vez, ele fez uma abordagem da função de Governo desporto e lazer. E este trabalho, que vai ser naturalmente encaminhado a esta Casa e a esta Comissão, traz um diagnóstico da função de Governo, e escolhe algumas áreas — entre elas, uma das que foram mencionadas aqui, os Centros de Iniciação ao Esporte —, endereçando um conjunto de determinações e recomendações ao Ministério para que não apenas monitore a implantação, mas os outros agentes



públicos e entidades envolvidas, para que garantam o funcionamento dos centros que vão ser instalados no Brasil inteiro.

Esta é apenas parte do trabalho. Tratamos também de um conjunto de indicadores, porque qualquer política pública precisa ter indicadores que consigam materializar o resultado da ação. E o TCU fez ontem, também, uma sugestão de melhoria dos indicadores.

Eu me permito, Deputado, ler uma conclusão a que o Tribunal chegou ontem, que eu penso ser importante compartilhar neste momento, dentro dos estudos que foram realizados. Uma das conclusões é a que *“demonstra-se que o Brasil está entre os países mais ineficientes na aplicação dos recursos destinados ao esporte. Os dados indicam que o País está entre as nações que mais aportam recursos no setor, não obstante ter resultados deficientes associados ao esporte de base, detecção de talentos e instalações esportivas. Na sequência, o tribunal conclui que fica evidenciado a baixa eficiência e efetividade dos recursos aplicados ao desporto nacional. Lembro que o suporte financeiro é majoritariamente público, sendo que os recursos privados contribuem de forma residual. O tribunal conclui que a solução desses problemas passa necessariamente por um planejamento adequado que estabeleça políticas públicas capazes de diagnosticar quais os pontos de disfunção que precisam ser atacados, para que esses resultados sejam maximizados”*.

Então, este é um exemplo da sintonia das preocupações do órgão de Controle máximo deste País com relação à política pública de esporte.

E o outro trabalho que o TCU apreciou no dia de ontem foi também inédito, e é um esforço conjunto de auditoria em 13 das entidades das Confederações Esportivas brasileiras — dez Confederações, e as três entidades maiores, os Comitês Olímpico e Paralímpico e a Confederação Brasileira de Clubes.

Este trabalho foi uma análise das despesas da execução dos recursos da Lei Agnelo-Piva por todos estes entes. O quadro que, ao final, se chegou, é, de certa forma, preocupante, no que diz respeito à governança dos recursos públicos. A imprensa, hoje, já relata essas conclusões. Os dados são muitos. E eu, aqui, quero me referir apenas a um deles, na medida em que, ao Tribunal, ainda que empenhemos em avaliar a efetividade da política pública, por mandamento constitucional, nós temos que avaliar como os recursos estão sendo aplicados.



Portanto, nessa análise das 13 entidades auditadas, a constatação mais comum, para nossa preocupação, são indícios de direcionamentos na contratação de montagem de licitações e contratações diretas irregulares. Isso é algo que sugere... E eu quero deixar muito claro que, quando o Tribunal aponta, isso não é uma crítica, exatamente; isso é um apontamento que visa permitir a melhoria. O tribunal se alia às confederações no sentido de promover orientação de como solucionar e melhorar esta situação. Mas este é um quadro que precisa ser enfrentado, porque num momento como o que vivemos, de recursos públicos escassos e crise fiscal, é importante que os recursos públicos aplicados tenham boa governança e boa gestão.

A propósito desta matéria, o TCU tem levantamento já apresentado nesta Casa que indica que menos de 2% dos recursos aplicados no esporte de alto rendimento vêm da iniciativa privada — tirando o futebol, não chega a 2% o investimento privado no esporte de alto rendimento. Ou seja, o esporte de alto rendimento está muito dependente dos recursos públicos. Aqui apresento outra contribuição, mais uma reflexão para a Comissão. Não sei se cabe Plano ou na Lei Geral do Esporte, mas algo precisa ser feito no sentido de incentivar e encorajar a captação de recursos privados para o esporte de alto rendimento.

Esse quadro de extrema dependência dos recursos públicos, por um lado, nos exige um olhar atento e a melhoria constante dos mecanismos de governança das entidades e do próprio ministério e, por outro lado, pode comprometer a efetividade da política pública, porque sabemos que o esporte nunca teve prioridade, em termos orçamentários, por conta de outras necessidades.

Essas são as minhas considerações. Eu quero me colocar à disposição. Inclusive, esses dois trabalhos, Deputado Evandro, merecem ser objeto de uma discussão, de uma audiência pública. Coloco para a Casa a nossa disponibilidade para virmos refletir, fique muito claro, com a intenção de contribuir para que o Brasil possa continuar se orgulhando da sua área de esporte, que tenha mais resultados, mas que também tenha orgulho de ter jovens, crianças, na escola, praticando educação física — que hoje está tão deixada de lado —; que os deficientes físicos possam ter acesso à prática desportiva; que a terceira idade possa ter esse acesso.



V.Exa. foi à Austrália e deve ter visto a importância que eles dão ao esporte na terceira idade, pela qualidade de vida que isso proporciona.

Essas são minhas contribuições. Eu quero agradecer enormemente a oportunidade, e me colocar à disposição, junto com minha equipe que acompanha, desta Casa e desta Comissão, especificamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Ismar Arantes. Antes de passar a palavra para o Célio, só quero fazer dois breves comentários nesta linha.

Acho que foi o senhor que me encaminhou, aqui mesmo, que, dos recursos utilizados no esporte, nos últimos anos, 86% foram para o esporte de alto rendimento. O senhor apresentou esses dados não sei se foi na primeira ou na segunda reunião. Eu passei isso à frente, e fui contestado. Então, em algum momento, eu gostaria de sentar com o senhor, e termos esses dobramentos, para que nós possamos ter um entendimento.

E há o seguinte aspecto: o Lars Graell citou, inicialmente, o art. 217 da nossa Lei Máxima, a Constituição, diz que é obrigação do Estado investir no esporte, com prioridade, textualmente, no esporte educacional, e participação, e excepcionalmente no esporte de alto rendimento. Sabemos que passamos por uma situação de uma década, temos o entendimento, temos que respeitar isso, não podemos nos furtar a isso, mas isso fere a Constituição de 5 de outubro de 1988. Nós não estamos respeitando a Lei Máxima, a Constituição. Isso foi bem lembrado por Lars Graell. Foi uma situação pontual e eu, na hora, já refleti, e fiquei com o dado que ele tinha. Porque eu fui contestado.

Eu só quero dizer o seguinte: não se tira nenhum centavo, a meu ver, hoje, do que está investido. Não vamos pensar agora que vamos mexer. Eu vejo os grandes ídolos, o pessoal que trabalha nas Federações dizer: “daqui a pouco o Roman vai começar a dizer isso ou aquilo”. Agora, temos que repensar, porque nós somos cobrados por isso. Existem os órgãos de controle. Há aquela máxima: somente um Poder pode frear outro Poder. Senão, nós começamos a trabalhar na tirania da maioria, que é a velha história da construção do nosso processo democrático. Eu volto a frisar isso.



Nós temos que ter esse entendimento. Em breve, nós vamos sentar com o senhor. Nós estamos assinando, 10 a 12 Deputados, um PFC, uma Proposta de Fiscalização e Controle. O Deputado César Halum, nós recebemos, a Comissão de um modo geral, não foi direto para um Deputado, uma denúncia bastante pesada, que nós vamos assinar em 10, 12. Nós não podemos... Uma das nossas funções nossas é orçamento; a outra é fiscalizar. Então, nós vamos ter muito contato com o senhor lá sobre esses encaminhamentos que nós teremos pela frente.

Esses são dados de reflexão, dados quentes, dados de ontem — o senhor falou que foi feito. Enfim, vamos ter que sentar e rever, porque já nós vamos ter cobrança em relação ao não cumprimento da Constituição, nessa linha.

Passo a palavra ao Dr. Célio Renê.

**O SR. CÉLIO RENÊ** - Serei bem breve, mas não poderia deixar de falar da importância do trabalho do Tribunal, não digo apenas para o Ministério do Esporte, mas para o esporte brasileiro.

O relatório que foi feito, do Sistema Nacional do Esporte, foi muito bem elaborado, e os senhores podem ter certeza de que, inclusive o nosso Ministro Leonardo Picciani, os nossos Secretários Luiz Lima, o Leandro Fróes, com o qual inclusive trabalho diretamente, tem pedido muita atenção para que peguemos aqueles relatórios como um norte para desenvolvermos uma política eficaz.

Agradeço também aos técnicos que sempre têm comparecido ao Ministério do Esporte para dialogarmos como devemos construir esta política. Já tive experiência em outras esferas, de dialogar com tribunais, e nem sempre foi tão cordial esta relação, em termos de trabalhar mais, até, na elaboração de um plano e sermos mais um orientador do que algo punitivo.

Realmente, parabênzimo esse trabalho. E, para o esporte brasileiro, está sendo de muita importância este carinho que vocês estão tendo com o esporte. Temos nossas dificuldades. Temos um corpo técnico bastante reduzido. Temos nossas limitações, as mudanças políticas, e nem sempre nós conseguimos dar resposta como gostaríamos de dar. Mas tenham certeza de que nós estamos nos empenhando ao máximo para conseguirmos, junto com os senhores, com a Câmara dos Deputados e a comunidade esportiva, aproveitar o trabalho que está sendo realizado pelos senhores, para que alcancemos os objetivos.



Trago só uma palavra de agradecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Célio.

Passo a palavra à Sra. Adriana Behar.

**A SRA. ADRIANA BEHAR** - Bom dia. Queria saudar a Mesa, a todos os participantes. É a primeira vez que eu tenho oportunidade de fazer parte desta Mesa da Comissão de Esporte. É um prazer estar aqui, até porque dediquei minha vida ao esporte, durante 25 anos. Participei de todo o processo de desenvolvimento, desde a iniciação até o alto rendimento, chegando a Jogos Olímpicos, e é muito bom poder falar sobre um Plano Nacional de Desporto. Mais do que nunca, entendo que a palavra integração é o grande desafio desta Comissão. Entender todas as fases de desenvolvimento do esporte, na fase de participação, na fase escolar, educacional, na parte de desenvolvimento e de alto rendimento.

Todos os atores deste cenário são fundamentais. Inicialmente, minha contribuição é que existe, obviamente, uma divisão de uma matriz de responsabilidade, onde são identificados os atores de cada fase, quais são as instituições, quem são os responsáveis de cada entrega, de cada fase, quem entrega, quem é responsável, como isso é feito, e, principalmente, além das definições das metas quantitativas, entender como isso será feito e quais são os momentos de monitoramento.

A primeira fase, fundamental, é a definição das metas quantitativas, dos indicadores, mas, principalmente, é como desdobrar essas metas e como isso será monitorado.

Quando falamos de esporte, de esporte de iniciação, é importante que a base siga um único modelo até o topo desta pirâmide.

Eu vi, durante todo o meu período como atleta, muitos talentos desperdiçados, muitos atletas, muitos profissionais desperdiçados, porque não sabiam como essa cadeia seguiria, qual seria o segundo passo ou como poderia se capacitar ou melhorar o desempenho dentro desta pirâmide esportiva.

É claro que a iniciação é fundamental. Não descarto a iniciação. O esporte, hoje, não pode ser visto como era antigamente — um processo de sorte, praticamente. Você tem uma boa estrutura familiar, social, financeira, e por conta própria você cresce. É responsabilidade do Governo criar esse processo, essa



cadeia definida, onde todos os que estejam envolvidos no esporte saibam exatamente o que pode ser feito, como deve ser feito, para poder atingir seus objetivos ou metas.

Mais do que nunca, é importante termos na base da pirâmide todos os atores que são fundamentais, sendo que o esporte de alto rendimento — não desmerecendo nenhuma das fases desse processo — é, obviamente, exclusivo, porque chega ao topo da pirâmide o mais forte, o mais rápido, o melhor. Mas, principalmente, os investimentos são para uma quantidade menor de pessoas, mas os investimentos são muito mais altos, porque quando você chega ao alto rendimento, investimentos de equipamentos, viagens, todo o entorno deste atleta, a equipe multidisciplinar, vem com uma carga, com um peso muito maior. No topo da pirâmide, temos a referência, a inspiração de novos ídolos, de modelos de pessoas que fazem com que esse processo todo seja ainda mais estimulado. Na minha vida, como atleta, sempre tive referências fundamentais para que eu pudesse continuar todo esse processo de desenvolvimento esportivo.

Uma sugestão na parte escolar seria um contato com a *UK Sport*, que foi quem fez uma grande mudança no conceito das escolas do país.

Essa foi a base que transformou o esporte escolar e conseqüentemente a cadeia de desenvolvimento, a fábrica, digamos assim, de atletas dentro da Grã-Bretanha. Seria uma sugestão.

Quero reforçar o que o Jorge falou aqui, de iniciativas que já funcionam, que dão certo. Então, o GEO, Ginásio Experimental Olímpico, no Rio de Janeiro, como realmente uma referência do que já está funcionando e que pode ser aplicado em mais Estados, em mais escolas.

Eu sempre prezo o que já existe para não começarmos do zero. Instalações já existentes, como existem instalações fantásticas nas Forças Armadas, equipamentos fantásticos dentro de clubes, dentro das confederações, o conhecimento dessas confederações, tudo isso deve ser integrado. Se nós tivermos um sistema integrado, facilitará todo o atingimento desse Plano Nacional do Desporto, que começa da base, obviamente e chega até o alto rendimento.

Uma vez que temos instalações, que temos atores que fazem parte já desse processo, precisamos identificar o que existe em cada uma dessas fases, quem são



esses responsáveis e, principalmente, quem faz o que em cada fase e o que entrega dentro desse processo total.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Adriana, muito obrigado. São colocações de quem entende realmente da situação. Nós já temos até um requerimento aprovado para fazer a visitação ao GEO, no Rio de Janeiro. Já está aprovado. Estamos só aguardando. Foi aprovado recentemente, depois que nós voltamos da Austrália.

Eu só gostaria, antes, de dizer que quando eu me refiro à questão de nós cumprirmos a Constituição e eu falo isso até para os presidentes de confederações, para o próprio Comitê Olímpico, que aí está representado, para o Tomasini que está presente, um grande amigo: nós temos que cumprir a Constituição, nós temos que ir por um caminho agora de um investimento maior nesse esporte educacional, esporte escolar.

Porém, quem poderá e terá a obrigação de fazer, sob um comando, são as próprias confederações, as próprias estruturas responsáveis, como a CBC, a CBDE, mas vinculado a um órgão, porque o braço do Estado não chega lá, o braço da União não chega lá. São os senhores mesmo que terão de fazê-lo.

Agora, o foco é outro. Então, vamos dizer: *“gente, vamos ter que dar uma guinada”*. Porém, em momento algum, retirar, até porque o Estado não tem competência ou condições de chegar até onde os senhores chegam.

Num local em que há oportunidade de colocarmos o esporte educacional escolar, o máximo possível, com investimento em escolas, devemos trabalhar junto aos órgãos competentes. Essa é a grande linha.

Passo a palavra ao Sr. Stefano Adolfo.

**O SR. STEFANO ADOLFO** - Bom dia a todos. É um prazer estar com os senhores, sempre que se fala de esporte, pessoas ligadas ao esporte, para ouvir as várias manifestações. É sempre uma coisa muito bacana.

A última vez em que estivemos aqui, na segunda mesa redonda, trouxemos alguns conceitos muito importantes. Serei breve, não vou me alongar, não se preocupem.



Um deles era justamente que se poderia investir fortemente no esporte, porque não seria um gasto; seria um investimento e os recursos retornariam para a sociedade em reduções de despesas em outras áreas como, por exemplo, na segurança, na saúde. Então, esse é um conceito muito importante que nos ajuda a buscar mais recursos para as várias manifestações esportivas.

Outro conceito que trouxemos foi o do alto rendimento como o motor de todas as iniciações esportivas. Trouxemos alguns exemplos, o mais contundente deles, o da Grã-Bretanha de como isso funciona.

Então, o Lars colocou uma coisa muito boa, no sentido de que o esporte é um só e nós temos várias manifestações. Logo, eu gostaria que nós realmente falássemos no esporte como um todo. A palavra chave que a Adriana trouxe é a da integração, a importância disso.

Indo na Diretriz nº 4, que fala justamente sobre isso, ali seria legal se pudéssemos incluir mais uma meta, a da integração, de poder integrar o esporte educacional, o esporte de formação com alto rendimento.

Da última vez, nós falamos sobre o exemplo da Alemanha e citamos até um exemplo, que pode parecer simples, mas eles têm caderninhos para cada cidade ou para cada região, com nomes, telefones e endereços de todas as modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas.

Então, se um professor, numa determinada classe, numa pequena cidade da Alemanha, vir algum talento, ele saberá para quem telefonar, para quem mandar um *e-mail*, pode ser na canoagem do Tomasini, pode ser na vela do Lars, pode ser no *rugby* do Sami, ele sabe com quem falar.

Esse é apenas o começo, por quê? A integração que tem em cada uma das modalidades esportivas vai até à seleção do mais alto rendimento. Os métodos de avaliação são os mesmos, a nomenclatura é a mesma, o treinamento dos treinadores — esse termo é um pouco ambíguo — também é o mesmo, eles usam a mesma nomenclatura. Então, há uma integração muito grande.

Pudéssemos nós adicionar, na Diretriz nº 4, essa meta, seria algo sensacional para juntar todos esses esforços.

A segunda coisa que eu queria colocar, muito rapidamente, é uma grande preocupação com o financiamento. Parece que há uma crença de que existe



suficiente dinheiro para o esporte. Essa é uma falácia muito grande. Perdoem-me a palavra, é uma falácia absurda.

O valor que é investido, no Brasil, em esporte, é muito pequeno, relacionado com o PIB, relacionado com outros países, com qualquer um. Vou dar um pequeno exemplo do alto rendimento, onde nós estamos inseridos.

Como os senhores sabem, nós tivemos aumento nos recursos que vieram para o esporte, em função dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos realizados em nosso país.

No Orçamento do Ministério do Esporte para 2017, o alto rendimento vai ter uma redução de 55%. Vamos pensar o seguinte: quando nós atingimos o ápice do nosso investimento no esporte de alto rendimento, nós chegamos, em alguns países, a ser 30% de alguns países que são os maiores. Em outros, nós chegamos a 50%.

Ora, eu pensei: se vamos cortar 55%, nós vamos cair para 15%. Então, nós fizemos a conta durante essa semana, foi difícil de fazer, mas está feita na ponta do lápis, de quanto o equivalente ao Ministério do Esporte da Grã-Bretanha aplicou, nos últimos 5 anos, no alto rendimento e comparamos com os valores que estão no orçamento do Ministério do Esporte para 2017. Somamos o Bolsa Atleta com o Alto Rendimento. Chegamos a exatos 16%. O nosso medo de que chegaria a 15% está evidenciado aqui.

Então, na Diretriz 3, nós falamos em transformar o Brasil numa potência esportiva dentre as 10 maiores potências do mundo no esporte olímpico e, dentre as 3 melhores, no esporte paralímpico. E as Forças Armadas também estão incluídas para estar dentre as 3 melhores do desporto militar, segundo um comentário que eu ouvi das Forças Armadas.

Ora, como todos sabem, o dinheiro é extremamente importante para financiar o altíssimo rendimento. Como é que nós, com 15% do que aplica a Grã-Bretanha, vamos chegar ao décimo lugar no esporte olímpico ou ao terceiro lugar no esporte paralímpico?

Então, eu acho que há uma preocupação muito grande aqui em não retirarmos, como bem colocou o Deputado Evandro, os recursos já existentes, mas



em procurarmos outras fontes de recursos, dinheiro novo que seja oriundo de atividades de jogos ou de outras possibilidades.

Então, eu queria colocar essa preocupação para desmistificar essa ideia de que existem recursos suficientes para o esporte no Brasil. Não, nós precisamos buscar muito mais recursos para atingir os objetivos a que estamos nos propondo com as 5 Diretrizes. E o principal é trabalharmos todos juntos nas diversas manifestações esportivas e de forma integrada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Eu agradeço as suas colocações. Eu diria que quanto melhor a situação econômica do Brasil, crescendo no agronegócio, na indústria, maior será a possibilidade de recursos para o esporte.

Hoje, nós enfrentamos uma dificuldade muito grande, e isso é bem diferente do que acontece na Grã-Bretanha. Nós estamos encolhendo 4% ao ano, enquanto a Grã-Bretanha cresce entre 8% e 10% ao ano. Então, nós temos essa dificuldade.

Agora, nós temos que encontrar formas para resolver essa questão, e o senhor está com toda a razão. Apenas lamentar que o Brasil está decrescendo não nos levará a lugar nenhum.

Por isso, eu falo que nós precisamos dar um jeito. Se estivermos unidos, nós vamos conseguir. Eu tenho uma saída aqui para dinheiro novo, vamos ver se nós conseguimos colocá-la em prática. Nós estamos trabalhando um Plano B, nós temos que buscar dinheiro novo.

Quando eu estava no Estado do Paraná, nós não tínhamos dinheiro e nós tivemos que correr atrás e fomos montando o que era possível. Lamentar e esperar o orçamento não resolve a situação. Então, nós temos que dialogar entre os Poderes e buscar esses recursos.

Eu concedo a palavra ao Vice-Almirante do Ministério da Defesa, Paulo Martino Zuccaro, Chefe do Departamento do Desporto Militar, nosso grande amigo, sempre presente.

**O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO** - Bom dia, Deputado Evandro Roman, Deputado César Halum, Sr. Secretário Lindberg, Dr. Célio René, do Grupo de Trabalho do Plano Nacional do Desporto do Ministério do Esporte, em nome de V.Exas., eu cumprimento todos os demais participantes desta Mesa.



Eu vou ser bastante breve. Nós militares somos muito lembrados por conta do alto rendimento, por conta dos resultados dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Mas, hoje, a minha manifestação é totalmente centrada justamente na manifestação educacional do esporte, e, nesse sentido, eu gostaria muito de reiterar a disponibilidade das Forças Armadas para contribuir também nessa manifestação.

De imediato, eu faço coro à manifestação da Adriana Behar, do Lars Graef e do Stefano no sentido de que tudo isso faz parte de uma pirâmide. Eu acho que a visão piramidal trazida pela Adriana da forma como o esporte deve ser encarado — desde a base até o seu topo, que é o alto rendimento — é muito eficaz.

Nesse sentido, eu endosso as palavras da Dra. Georgiana, que trouxe a visão do Secretário Luiz Lima, do Ministério do Esporte, a respeito de como o esporte educacional também deve ser competitivo, de que ele não deve ser apenas lúdico.

Eu acho que a existência de um ambiente de competição e de busca de resultados nas nossas escolas, no esporte educacional, é muito produtiva, dá sentido e dá foco. Então, também neste contexto, eu acho que esta é uma visão muito eficaz trazida pela Georgiana por parte do nosso Secretário Luiz Lima.

E, nesse sentido do apoio das Forças Armadas à manifestação educacional, eu só gostaria de fazer uma rápida referência ao nosso PROFESP — Programa Segundo Tempo — Forças no Esporte. Na verdade, trata-se da implementação militar do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, um belíssimo programa de contraturno escolar, que tem o Lars, como o seu idealizador, e o Deputado César Halum, como um dos seus maiores incentivadores.

O nosso programa continua em franca expansão e é um dos programas de contraturno escolar. É claro que nós imaginamos que, no melhor dos mundos, cada escola, seja pública ou privada, tenha a sua própria infraestrutura esportiva e que o aluno não precise sair da escola para fazer a sua prática.

Eu acho até que temos que trabalhar muito nessa direção — mas enquanto isso não é possível, e eu acho que muitos anos se passarão até que isso realmente esteja concretizado no Brasil —, porque esses programas de contraturno são muito importantes.

Eu não me refiro apenas ao PROFESP, mas a todos os outros programas que trabalham nesse sentido de dar ao aluno, principalmente aquele menos favorecido,



as condições para a sua prática esportiva. O PROFESP é apenas um deles, existem outros.

Então, eu gostaria de reforçar essa disponibilidade do Ministério da Defesa e das Forças Armadas para participar também da manifestação educacional e de trazer, por último, uma boa notícia, Deputados. Na semana que vem, nós estaremos inaugurando o PROFESP em João Pessoa e, com isso, nós fechamos o mapa do Brasil.

Então, teremos, a partir da próxima semana, todas as Unidades da Federação cobertas por, pelo menos, 1 unidade militar cuidando do PROFESP naquela região. Faltava o Estado da Paraíba, e, finalmente, na próxima semana, fecharemos o mapa do Brasil definitivamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Evandro Roman) - Almirante Zuccaro, muito obrigado pela sua contribuição, sempre presente e atuante. Eu falo que este é um dos sérios trabalhos realizados pelas Forças Armadas com relação ao esporte. Basta ver os resultados e o orgulho dos atletas, principalmente os que estiveram durante os Jogos Olímpicos do Rio se manifestando por fazerem parte das Forças Armadas.

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Diego Tonietti, do Ministério do Esporte, justiça seja feita, que também trabalha com projetos e organização. Agora, concedo a palavra ao Sr. Edilson Barbosa, para suas considerações.

Antes, despeço-me dos senhores e passo a presidência dos trabalhos para o Deputado César Halum, conforme combinado inicialmente, porque eu vou à FUNASA. Eu gostaria de ouvir todos, mas, depois, preciso seguir para Foz do Iguaçu. Continuaremos conversando a respeito da evolução dos planos que vêm pela frente.

Assume os trabalhos o Deputado César Halum.

**O SR. EDILSON BARBOSA** - Bom dia a todos, Deputado Evandro Roman, obrigado pelo convite, cumprimento a Mesa e todos aqui presentes.

Eu não participei da primeira rodada de debates, estive aqui na segunda rodada e ouvi bastante. Na minha terra, dizemos que quem entra no ônibus depois não pode sentar na janela, mas hoje eu vou pedir um tempinho muito mais como um



testemunho, porque, embora tenha participado de competições esportivas na minha adolescência, participei do JEB's — Jogos Escolares Brasileiros — também, Lars e, na minha época, nós tivemos que alugar ônibus, comprar o material, pagar nossa alimentação para competir em Belém. Imagina sair de Vitória a Belém num ônibus sem ar condicionado? Nós íamos nos revezando nos corredores do ônibus, jogávamos o colchonete e íamos dormindo, ou seja, a estrutura mudou muito. Hoje os nossos atletas, quando viajam para os jogos, vão de avião, uniforme de passeio completo, material esportivo, mas eu queria fazer um registro um pouco do histórico e lá não tem muito tempo para jogar conversa fora. Quando tem alguma coisa importante para dizer, começamos pelo final e, se a conversa for interessante, nós a estendemos.

O Estado do Espírito Santo tem um histórico bastante interessante dentro da União, porque até 2002 o Estado era considerado o patinho feio. As manchetes eram todas negativas em âmbito nacional — acho que muitos de vocês podem se lembrar disso. O Estado tem um histórico complicado e, a partir de 2003 então, começou um processo de reestruturação econômica financeira e administrativa do Estado sob a gestão do atual Governador Paulo Hartung, que está no seu terceiro mandato. Eu tive a oportunidade de participar desde o início no primeiro, no segundo e agora no seu terceiro Governo.

Falando sobre a minha formação, sou auditor do Tribunal de Contas do Estado, mas fui requisitado para atuar ali nas fileiras do Estado. Sou auditor do Tribunal de Contas, mas fui desportista também. Não segui a carreira profissional, mas tive a oportunidade de participar de competições como os jogos escolares.

Então, no Espírito Santo, a premissa básica é o equilíbrio fiscal do Estado, porque um Estado quebrado, falido, prejudica a todos. Não tem jeito. Nós trabalhamos, acima de tudo, com equilíbrio fiscal, com a responsabilidade fiscal e isso é uma meta que vem sendo perseguida desde 2003, e mais recentemente em 2015, quando já vivíamos o ápice de, talvez, a maior crise econômica da história do País. O Governo entrou pisando no freio e hoje se pode dizer que não há atraso de pagamento, não há atraso de fornecedores. Nada se faz lá sem que a despesa, sem que qualquer projeto seja extremamente analisado sob o ponto de vista do impacto financeiro nas contas públicas.



Dr. Jorge, vou apenas retificar algo que o senhor falou. Eu vejo muitas federações funcionando na maleta do Presidente, nem no porta-malas do carro e a única forma de tentarmos reverter um pouco esse quadro é conversando muito com as federações. O diálogo tem sido muito franco, muito aberto. Não adianta tentar tapar o sol com a peneira. Nós vivemos uma crise financeira, a Secretaria tem menos recursos hoje e nós precisamos de alguma forma encontrar soluções para que as federações não desapareçam, que a atividade esportiva não estagne. Nós precisamos ter um diálogo muito franco, muito aberto com todos os segmentos do esporte lá no Estado.

A Secretaria também é um pouco nova. Ela foi criada em 2005, foi estruturada em 2006. Em 2007 começou o programa que hoje nós chamamos de carro-chefe, que visa massificar o esporte no Espírito Santo, que é o projeto Campeões de Futuro. Ele começou com quinhentos jovens sendo atendidos. Hoje nós estamos nos aproximando de 41 mil jovens atendidos em todo o Estado, são 368 núcleos e 26 modalidades esportivas nos 78 Municípios do Estado. É óbvio que o Espírito Santo é um Estado pequeno. Você traçar parâmetros talvez para o País inteiro, para outras realidades é complicado. Então, por isso, eu falei que era em termos de um testemunho. Esse projeto hoje está chegando à primeira geração. Os jovens começam com 7 anos e hoje a faixa etária é de 14 anos, porque o projeto foi lançado em 2007, mas ele só se estruturou mesmo, começou a ganhar uma dimensão um pouco maior a partir de 2010-2011.

O Espírito Santo, recentemente nos Jogos Escolares Brasileiros, viemos acompanhando, saltou do 23º lugar para 16º lugar. Hoje nos jogos escolares infantis e juvenis nós chegamos à 11ª colocação. A nossa próxima meta é estar entre os dez. Nós trabalhamos com planejamento e foco no objetivo. Nos jogos paraolímpicos nós tivemos três medalhas na última competição, também tem medalhas de ouro e falta uma para 18 medalhas agora nos recentes jogos paralímpicos encerrados em São Paulo. Eu participei de todos, acompanhando de perto tudo isso.

A conversa é muito franca com os Municípios também. Geralmente os Prefeitos têm aquela ansiedade em construir quadra, construir ginásio, e nós só colocamos dinheiro, se houver um plano de ocupação desses espaços e



preferencialmente que o nosso projeto Campeões de Futuro seja implantado e ocupe esse espaço. Nós entramos com material, entramos, com estagiário de educação física, que é supervisionado pelos professores que trabalham na Secretaria.

Hoje nós estamos trabalhando dentro do projeto Ocupação Social, que é um projeto em que o Estado pretende atuar nos 26 bairros onde nós temos os maiores registros de insegurança, de violência, de homicídio no Estado. Nós vamos ampliar com mais quinze mil jovens sendo atendidos nesses 26 bairros. O resultado do exame PISA — Programa Internacional de Avaliação de Alunos—, que é organizado pela OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico —, mostra que o Brasil piorou, mas lá no Espírito Santo o resultado foi diferente um pouquinho. Além de o Espírito Santo estar em primeiro na média nacional, o Espírito Santo ficou em primeiro em ciências e leitura. Ele ficou em segundo em matemática, mas, como o Paraná não respondeu a todas as questões, acabou ficando primeiro em matemática. Nós temos a menor mortalidade infantil e temos hoje também o menor índice de obesidade escolar.

Trabalhamos integrados com a Secretaria de Saúde, com diversos programas de saúde. A Secretaria estava relançando agora um projeto chamado Movimento 21 Dias em que a pessoa que não tem nenhuma prática esportiva, que vive no sedentarismo, passa a ter um auxílio da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Esporte para que ela assuma atitudes positivas do ponto de vista da prática esportiva.

Nós temos a competição, que são jogos escolares. A Secretaria de Estado de Educação tem os jogos dela, que é o chamado Jogos na Rede e agora nós estamos inserindo uma terceira competição estadual, que é o Desafio SESPORT, que é da Secretaria de Esporte do Estado, exatamente para que esses atletas se mantenham focados em competições e não haja um intervalo muito grande entre as competições. Não abrimos mão da participação das famílias.

Eu inclusive hoje vou sair um pouco mais cedo, porque eu retorno ainda hoje para Vitória. Nós estamos na fase de encerramento das atividades do Campeões de Futuro deste ano e em todo encerramento nós temos o festival com apresentação de todas as modalidades. Eu faço questão de estar presente em todos esses festivais.



Eu estarei hoje à noite na cidade Domingos Martins, de lá vou para o sul do Estado, em Bom Jesus do Norte, fronteira com o Rio de Janeiro. Eu faço questão de estar presente em tudo e acompanhar. A equipe vai junto também para avaliar o desempenho dos atletas que são financiados. Esse projeto é 100% financiado com recursos do Tesouro Estadual e funciona nos núcleos. A estrutura é municipal.

Nós vivemos hoje com menos recursos. A Secretaria chegou a ter 107 milhões. Nós estamos funcionando este ano com 38 milhões e o ano que vem já vamos ter uma queda brutal de 8 milhões no orçamento da Secretaria, mas nem por isso nós vamos desanimar, não. Por quê? Porque nós estamos trabalhando exatamente em cima da racionalização e da otimização da utilização dos recursos. Não acho que falte recurso — coaduno com o colega do Tribunal de Contas da União — não faltam recursos, mas os recursos são mal aplicados, sim. Nós temos que procurar trabalhar em cima disso também, racionalizando o processo, trabalhando, conversando, exatamente priorizando aqueles projetos que merecem, pela sua magnitude, pela sua amplitude, serem priorizadas e buscando algumas inovações.

Tínhamos uma carência no esporte de alto rendimento. Estamos ampliando nosso projeto do bolsa-atleta, exatamente para os atletas de alto rendimento e já estamos pensando, Adriana, também, na bolsa-técnico, porque nós lembramos muito do atleta, mas não pensamos no técnico que também tem que pagar suas contas. Então é um projeto já para 2017 também.

Só para finalizar e não tomar muito tempo também, como eu disse, era um breve testemunho. Como é que nós começamos a trabalhar isso? Nós não temos uma lei regulamentando tudo isso, é tudo na conversa e no planejamento ali no papel, com uma conversa muito franca. Nós começamos primeiro, aí bate com o que a Adriana falou, com a definição do papel do Estado. Nós não colocamos dinheiro onde a Prefeitura já coloca. Não adianta haver sobreposição de ações, porque aí o dinheiro é mal gasto mesmo. Então, nós trabalhamos muito na definição do papel do Estado em parceria. O que o Município faz nós não fazemos, mas fiscalizamos o nosso recurso e também o que ele está fazendo, porque acaba sendo uma ação integrada. Nós não podemos dissociar isso do contexto geral do Estado.



Fizemos um amplo diagnóstico situacional no Estado do Espírito com os atletas, as modalidades, premiações, colocações em *ranking* nacional, estrutura disponível para o esporte no Estado e estabelecemos ações bastante operativas, ações de médio, curto e longo prazo, de pequeno, médio e grande impacto. Trabalhamos com isso, tentando aproveitar ao máximo esses recursos. Trabalhamos no esporte de base, na oferta e massificação realmente, na ampliação da oferta da prática esportiva para a sociedade. Trabalhamos com o desenvolvimento esportivo dentro das escolas e estamos dando, digamos, um *upgrade* do nosso esporte de alto rendimento, do esporte de competição mesmo.

Agora estamos focando um pouco mais, vamos dar um olhar mais carinhoso para o esporte paraolímpico. Precisávamos de uma estrutura. Hoje temos um centro de treinamento no coração de Vitória, no centro do Estado, com alojamento, que pode absorver toda essa demanda, e com clínicas. Buscamos trabalhar com muito pé no chão, sem comprometer as finanças. Mais uma vez eu digo que os recursos, se vierem a mais, serão importantes, mas hoje precisam ser mais bem aplicados. Hoje, no Espírito Santo, fazemos mais com muito menos. Esse é um programa do próprio Governo que vale para todas as Secretarias: fazer mais com menos.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui e me coloco à disposição da Comissão. Acho que a iniciativa é fantástica. O Brasil precisa realmente organizar e principalmente definir as competências, o que acho que ainda está um pouco solto no contexto desse Plano Nacional do Desporto, mas a iniciativa é extremamente válida. Mais uma vez, coloco-me à disposição. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado César Halum) - Nós é que agradecemos a sua participação, Sr. Edilson Barbosa, sempre muito valiosa para a conclusão desse relatório.

Dando sequência ao nosso trabalho, sei que muitos de vocês têm outros compromissos, alguns já estão tendo de se ausentar, vamos tentar acelerar para ver se concluímos até o meio-dia. Isso facilitaria para todos.

Passo a palavra ao nosso amigo e Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, Sr. Antônio Hora.

**O SR. ANTÔNIO HORA** - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado César Halum, Deputada Flávia Moraes, Secretário da Comissão, Sr. Lindberg, meu amigo



ex-Secretário de Esporte do Distrito Federal, agora na equipe do Ministério do Esporte, o Sr. Célio René, demais participantes desta mesa-redonda, eu gostaria de externar a minha imensa satisfação de fazer parte de um momento histórico como este.

Eu, vindo de um Estado muito pequeno, tendo consciência de que a nossa participação é muito discreta e ficando para falar aqui posteriormente a tantas pessoas ilustres e com conhecimentos reconhecidos e mais vastos do que eu meu, a exemplo de ex-atletas como a Adriana Behar, que fez excelentes colocações, o Lars Graef, que vem contribuindo para a formação de algo consistente em termos de política para o esporte no Brasil há muito tempo. Temos aqui colegas presidentes de confederações, como o Presidente do Sistema CONFEF/CREFs, o Prof. Jorge. Quero abrir um parêntese para agradecê-lo publicamente, Prof. Jorge, pela criação do CREF da 20ª Região, em Sergipe, que agora passa a ser independente da Bahia. O Prof. Gilson Doria teve que se ausentar e acabou de sair, mas estendo a ele os agradecimentos do nosso pequeno Estado, pela ação do Sistema para nos tornarmos independentes da Bahia.

Eu quero deixar claro que este momento consegue unir — e quem mexe com gestão vai entender muito bem o que eu estou falando — a vontade política e a capacidade técnica. Em poucos momentos da história do Brasil, em várias áreas, nós conseguimos ter pessoas com poder de decisão. E essas pessoas conseguiram aliar a capacidade técnica, para poderem fazer algo que realmente represente o anseio da sociedade.

Eu sou professor de Educação Física e sei que a Deputada Flávia Moraes e o Deputado Evandro Roman, que também teve que se ausentar, também são professores de Educação Física. Em determinado momento da minha vida acadêmica, eu me deparei com literaturas que abordavam o esporte e que me passavam a sensação de que as pessoas que escrevem sobre esporte, na verdade, nunca viveram o esporte, que odiavam o esporte. E é essa a literatura que, muitas vezes, contribui para a formação dos nossos profissionais.

Hoje, eu vejo aqui pessoas dispostas a construir um Plano Nacional, mas que conseguem, além de reunir a competência técnica, agregar. Como o Presidente César Halum bem falou, o Deputado Evandro Roman conseguiu agregar pessoas



importantes e valorosas, todas com suas participações. De forma bem harmônica, estamos aqui falando em integração.

Ora, é até redundante nós termos que voltar no tempo para falar que o esporte é uma coisa só. Todas as manifestações têm sua importância, têm o seu valor, mas, na verdade, o cobertor é curto. Eu tenho usado sempre esse termo nesta Casa. O cobertor é tão curto que, quando nós puxamos para cobrir a cabeça, acabamos descobrindo os pés e vice-versa.

Então, os recursos são escassos. Realmente, isso é notório. Há uma necessidade imperiosa de priorizar investimentos na base do esporte, seja na formação, nos clubes, seja dentro das escolas, nas práticas esportivas na escola e, como bem falou aqui a representante do Sistema S, a Luísa, não apenas no próprio turno, mas com atividades no contraturno.

Aquela Educação Física disciplina curricular obrigatória ministrada pelo professor de Educação Física, não tem, prioritariamente, um objetivo de formação de atletas. Mas há necessidade, sim, de, no ambiente escolar, com o mesmo profissional ou com profissionais que tenham especificidade para o esporte, de, no contraturno, oferecermos também programas e atividades para não só desenvolver esportivamente aqueles alunos, mas para sermos mais um elo dessa corrente. O esporte deve ser mais um elo no sentido de proteger nossas crianças, nossos jovens, protegê-los institucional e socialmente.

Quando entramos na discussão de que o esporte pode afastar a juventude das drogas, eu faço uma avaliação muito mais na raiz. O jovem e a criança precisam estar envolvidos em atividades que possam protegê-los dessas adversidades sociais, seja droga, seja outro malefício social. Nós temos convicção, baseados em nossas práticas, em nossas vidas dedicadas ao esporte, que Lars e Adriana, todas as vezes que se sentiram envolvidos em uma atividade que os direcionava para algo positivo na formação da sua cidadania, da sua vida, não pensavam na possibilidade de se envolver com drogas e outros malefícios, como tenho dito.

Como representante da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE, e ao observar a disputa por esse pouco recurso que está disponível para o esporte, ou seja, qual porcentagem deve ir para o Alto Rendimento, qual porcentagem deve ir para o Esporte Educacional, para o Esporte Participação, quero



deixar bastante claro que o mais importante neste momento não é apenas saber a porcentagem e sim saber que há uma ação integrada que possa otimizar os investimentos nessas áreas. Eu gostaria de dizer que a CBDE está à disposição e muito orgulhosa de participar desse momento.

Quero dizer que muito mais importante do que tudo é termos a compreensão de que o País precisa criar uma política esportiva. O Brasil não pode ser considerado o País do futebol apenas. Não tenho nada contra futebol, ao contrário, parte da minha vida profissional está diretamente relacionada com o futebol, sobrevivi do futebol, do alto rendimento, muito do que tenho devo ao esporte de alto rendimento. Mas hoje precisamos ter uma compreensão muito mais ampla. O País precisa ser reconhecido não apenas como o País do futebol, mas como um País que tem uma cultura esportiva sólida, integrada. Tenho certeza de que esta Subcomissão, essas ações da Mesa Redonda envolvendo tantas autoridades, com tantas contribuições positivas...

Gostaria de dizer que fico muito feliz de ter aqui a participação do Tribunal de Contas da União. Atualmente estou como representante de entidades esportivas, mas já passei por gestão pública. Aqui há alguns Secretários de Esportes de Estados e de Municípios. A imagem que se tem do Tribunal de Contas da União é algo muito fechado, muito punitivo, muito próximo da imagem que os comunistas tinham há 50 anos no Brasil de comedor de crianças. Então, quando vejo que o Tribunal de Contas vem a esta reunião passar uma imagem muito mais educativa, no sentido de orientar essas entidades a aplicarem esse recurso de forma correta, eu fico muito feliz e muito tranquilo.

Agora eu quero também fazer um registro especial. Tomei conhecimento de que a Confederação Brasileira de Clubes, dentre essas 13 confederações citadas pelo TCU, que foram vistoriadas, inspecionadas, foi a entidade que obteve o melhor desempenho na aplicação dos recursos públicos. E justiça seja feita: a Confederação Brasileira de Clubes, quando passou a ter acesso legal aos recursos da Lei Agnelo/Piva, não apenas começou a executá-los, mas também passou por um processo de formação de quadros, contratou pessoas que já tinham experiência em gestão de recursos públicos, a exemplo da Dra. Gianna, que aqui está, e recorreu a profissionais que já estavam sendo testados pelo mercado. E o mais



importante de tudo é que a CBC teve a capacidade financeira de manter esse quadro, porque montar, instruir um processo de licitação, seguindo a Lei nº 8.666 no Brasil não é fácil. Mas a CBC conseguiu, teve tempo para isso, retardou a utilização do recurso e o fez de forma mais consciente.

As demais confederações, a exemplo da minha, estavam há muito tempo sem receber recurso. E nós não tínhamos quadro técnico capacitado para acessar, executar, planejar e prestar contas. Nesse caso, em determinado momento, essas confederações ficaram travadas, principalmente porque alguns dispositivos impedem o repasse do recurso destinado à parte administrativa das confederações, de forma a não prejudicar a continuidade das atividades.

Então, se não se prestar conta naquele mês ou se deu algum problema na prestação de contas, o recurso destinado à folha de pagamento dos funcionários fica bloqueado. Consequentemente, sem pessoal, não se pode atender as diligências e resolver os problemas pendentes. Sem contar nas possibilidades de glosas, que acabam esvaziando os cofres das confederações.

Portanto, é importantíssimo que o Tribunal de Contas esteja neste debate; é importantíssimo que tenhamos a compreensão de que as confederações precisam de um tempo, precisam de orientação, precisam de flexibilidade no que se refere à utilização do recurso para a parte administrativa. Isso porque as nossas maletas, os fundos dos nossos carros e os bagageiros das motos hoje já não dão conta de atender o sistema de prestação de contas, de execução de recursos públicos.

Por fim, eu quero dizer que este é o momento de estabelecer uma nova cultura esportiva no Brasil, e a CBDE está aqui à disposição.

Agradeço pela oportunidade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Obrigada, Antônio, Presidente da CBDE.

Concedo a palavra à Sra. Thais Yelini Ferreira.

**A SRA. THAIS YELENI FERREIRA** - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, a Deputada Flávia Moraes, o Secretário Lindberg Junior, em especial o Célio René, nosso amigo que sempre tem apoiado as causas das academias e dos esportes radicais aqui em Brasília.

Estou muito feliz em participar desta construção hoje.



Ultimamente, temos vindo à Casa, através do Sindicato das Academias do Distrito Federal, da Associação Brasileira de Academias — Acad Brasil, da Federação Nacional de Cultura — FENAC, que também tem representatividade nacional sindical dos segmentos de academia.

Normalmente temos vindo à Câmara dos Deputados para discutir alguns assuntos que interferem diretamente nos nossos negócios e diretamente na população, questões absurdas. Hoje estamos aqui discutindo essa construção do esporte com metas ousadas, mas atingíveis.

Tenho certeza que se conseguirmos essa unificação das segmentações do esporte vamos conseguir alcançar as metas direcionadas. Uma que me chamou bastante atenção é assegurar que 70% da população, entre 15 e 74 anos, praticam atividade física com regularidade. Se levarmos em consideração, com regularidade, hoje nem metade da metade da população que temos metas pratica atividade física.

Entendemos que está complicado se falar sobre reduções de impostos hoje com o momento econômico do País. Mas devemos começar nessa construção, sim, a falar como melhorar a competitividade das empresas que prestam esse tipo de serviço.

Sabemos que a maior causa de improdutividade e de mortalidade está ligada à obesidade, à depressão, ao alcoolismo, ao tabagismo. Todos esses males a atividade física combate. Como a Deputada Flávia Morais bem colocou, quem pratica atividade física tem redução no número de usuário de drogas, de alcoolismo...

Com relação às diretrizes pontuadas no Plano Nacional, de forma mais segura e efetiva, hoje são as nossas empresas que fornecem esses serviços, são as academias, os estúdios, com profissionais de educação física, orientados com todo aparato necessário para que essa atividade física realmente surta o efeito de criar o hábito nos nossos clientes e na população.

Como bem disse a Mônica, estamos envolvidos em todos os momentos, desde a base até o alto rendimento. As academias que promovem os servidos de atividade física estão envolvidas em todos os momentos.

Em relação aos benefícios gerados e à redução exponencial do uso de remédios, idas a hospitais e aumento da produção, precisamos falar sobre redução



de impostos, precisamos falar sobre aumentar a competitividade dessas empresas. Podemos ser parceiros da iniciativa pública, da população, desde à base ao alto rendimento, como muitos expuseram aqui. Os equipamentos quando vão para o alto rendimento são muito mais caros, o profissional tem que ter mais especializações.

Num contraponto, isso vale repensar quando o nosso País incentivava e se deixava ser incentivado pelo uso do cigarro, pelo uso da bebida, por conta dos altos impostos que eles pagavam e achavam que essa conta era positiva para o País. Quando olharam o rombo na saúde causado pela utilização da bebida alcoólica falou: “opa! É melhor coibirmos e tentar segurar a utilização do álcool, não propagar, não incentivar o uso, porque o rombo que causa, os impostos não chegam nem perto de cobri-lo”.

Em contrapartida, vêm as academias. O resultado que geramos para a população, o que geramos de economia em hospitais, médicos, o aumento de produtividade é muito maior do que se falar em alguma economia se tivermos um enquadramento diferente do que temos hoje, se formos falar em termos.

Não sei se vocês viram o *Globo Repórter*, umas duas semanas atrás, o sedentarismo atrofia o cérebro. Sabemos de todos os benefícios que a atividade física causa, mas não conseguimos fazer com que a nossa população seja ativa. Hoje mais de 50% da população está obesa, está com sobrepeso. Não conseguimos incentivar essa prática.

Então, hoje somos efetivos transformadores da vida das pessoas. Nós conseguimos entregar essa transformação, conseguimos criar o hábito, mas realmente precisamos de condições mais competitivas, precisamos de momentos de construção. Nosso segmento precisa ser olhado com carinho.

Há cada proposta que chega! Teve uma proposta, duas semanas atrás, que, se passar, pode ter certeza que todas as academias do País vão fechar. Eu não tenho a menor sombra de dúvida em falar esse resultado.

Nessa conjunção, precisamos ter a iniciativa privada como parceira, não por um corporativismo, como em algum momento foi colocado, mas pelo resultado que geramos na população.



Quem treina é mais feliz; quem treina gera mais resultados; quem treina consegue gerir melhor a vida por conta de uma série de coisas fisiológicas. Isso é fisiológico.

Em contrapartida, gostaria de aproveitar a oportunidade e falar um pouco como atleta. Eu sou campeã brasileira de *skate longboard*, e fui campeã após os 30 anos. Eu comecei a praticá-lo após os 30 anos e eu fui campeã em 2015, competindo com homens. O esporte radical foi citado em algum momento.

Como nós estamos nos preparando para a modernização da atividade física nas escolas? É importa se falar sobre isso. Hoje as crianças gostam do vôlei, gostam do basquete, mas elas preferem o skate, elas preferem o surf. Nós temos a maior costa do mundo, e o Brasil não explora isso com políticas públicas. Então, é preciso se falar na modernização do esporte, na atualização do esporte.

Hoje nós fizemos um trabalho com crianças autistas, incluindo o skate. Foi um trabalho isolado no CEF da 203 Sul. As crianças autistas querem andar de skate. Eles têm uma integração. Eles conseguem ter esse momento. É muito importante se falar dessa modernização para que se desperte.

Quando se fala em incentivar 70% da população de 15 a 74 anos, temos que pensar na idade anterior porque até os 15 anos se consegue criar o hábito. Hábito não se faz duas vezes na semana, hábito se faz todo o dia. A criança que tem o hábito de fazer atividade física vai ser um adulto com o hábito da atividade física. Não vai ter esse sofrimento que todos nós temos hoje. Nós sabemos das dificuldades que nós temos no momento para cuidar da gente, um momento ímpar. Se eu não consigo cuidar de mim, eu vou cuidar de que na minha vida? Então, vale essa reflexão.

Só a título de vivência mesmo, eu tenho um desvio da tireoide e, pelo primeiro médico, eu teria que tomar remédio, eu tenho que tomar remédio. Só que o meu remédio é a atividade física. Se eu parar de fazer atividade física, as taxas hormonais todas desregulam. Se eu faço atividade física, as taxas hormonais ficam como se eu estivesse tomando remédio.

Então, para entendermos, é muito forte isso. A atividade física é um remédio. Isso é difícil porque a dose, você tem que ter um compromisso diário com ela. Então, temos que olhar essa parceria do desenvolvimento do esporte, do plano diretor junto



com as academias. Nós somos parceiras e nós precisamos ter um ambiente mais competitivo no nosso País, para as nossas empresas que geram tanta saúde. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Morais) - Obrigada, Thaís.

Passo a palavra agora ao Sami Arap.

**O SR. SAMI ARAP** - Boa tarde a todos. Primeiro, quero agradecer o convite para participar deste debate.

Eu sou advogado; tenho 52 anos; fui atleta de alto rendimento; representei o meu País por mais de 10 anos; vesti a camisa da seleção brasileira; vivi como clube; fui “patrocinado”.

A minha modalidade é pouca divulgada no Brasil, mas vem conquistando espaço. Ouvi com muita atenção e fiquei muito feliz, por um lado, de saber que vocês visitaram os campeões mundiais e vice-mundiais de rúgbi — Nova Zelândia e Austrália — muito embora, até pela minha formação profissional, acredito que Austrália e Nova Zelândia não sejam os modelos ideais, são países anglo-saxões, de culturas distintas, de idiosincrasias completamente diferentes, mas, visitando e conhecendo os exemplos disponíveis no Brasil e no mundo, vamos achar os exemplos mais apropriados para se chegar a um plano nacional do desporto.

Acredito que esse plano é de fundamental importância, especialmente se nós conseguirmos vencer a barreira da comunicação. Por que barreira da comunicação? Por que hoje o sistema e as ferramentas estão disponíveis no Brasil. Há muita reclamação, mas há muita reclamação porque há muita falta de organização e falta de controle. Os órgãos existem, mas existe falta de comunicação e falta de controle.

Por que eu digo isso? Por que cada entidade dentro de um duto de formação de um atleta brasileiro não se conversam, seja a partir da escola, não existe organização, na forma como os atletas são treinados, ou os praticantes são treinados, cada professor ministra uma modalidade de uma forma.

Cada aluno chega ao futuro com um vício. Ele chega viciado no clube; ele chega viciado na academia; ele chega viciado na seleção brasileira. Quando se fala nessa comissão de uso de recursos de alto rendimento, que não são suficientes para fazer — e eu acompanho aqui alguns números que o Stefano mencionou, por que esses números são, às vezes, impressionantes ou maiores? Justamente porque



fazer a reforma de um atleta que chega com vício é muito mais caro do que construir um atleta do zero.

Se nós tivéssemos um sistema educacional — eu não sou formado em educação. Sou advogado e sou um ex-atleta.

Se nós tivéssemos um sistema de comunicação amplo e restrito, transparente, em que cada uma das caixinhas desse ducto se falasse — começando na escola, seduzindo as crianças a serem praticantes do esporte, para resolver problemas de educação, de formação de caráter, de respeito e de transparência —, se esses meninos conseguirem vencer essa barreira educacional e chegarem a academias e clubes, alguns deles, uma pequena parcela talvez, em um País de dimensões como o Brasil, chegará ao alto rendimento. É ali onde se criam ídolos, como o Lars, que está aqui, ou como a Adriana Behar e inúmeros outros, como Guga, Gustavo Borges, pessoas que se dá gosto ver falar, porque se sabe a educação pela qual essas pessoas passaram.

Acho que, realmente, é fundamental haver representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério do Esporte. Caso contrário, nós estaríamos correndo o risco de em um dia celebrar a aprovação do Plano Geral do Desporto e no dia seguinte começarmos a pensar como é que implantaríamos o plano e se ele seria exequível. Provavelmente não, porque sabemos todos aqui a dificuldade, as amarras que temos na estruturação e na implementação desses planos.

Por que se acessa a recursos públicos e criticam-se muito as confederações brasileiras? Aqui eu vou me defender um pouco, bem como defender os meus colegas. Eu sou a Confederação Brasileira Olímpica mais jovem deste País, criada em dezembro de 2009. Assumi o mandato em janeiro de 2010. Estou presidente até 31 de dezembro. Sou presidente como representante legal, mas a minha entidade é gerida por um colegiado, em que eu não participo. Nenhum dirigente na minha Confederação, nenhum na administração é remunerado. Todos trabalham pela causa do esporte, para criar cidadão e um País melhor. Nós somos educados — não somos treinados — a pegar a camisa, seja do seu clube, do seu colégio, da sua seleção, honrá-la e passá-la ao seu substituto em um nível maior.



Acredito piamente que, quanto aos gastos que são feitos no alto rendimento e que são auditados — por inúmeras vezes, não existe um diálogo com órgãos de controle, porque efetivamente as portas, às vezes, estão fechadas —, somos fiscalizados, e o diálogo não acontece em inúmeras situações. Há pouco foi mencionado aqui um procedimento no TCU, onde a Confederação Brasileira de Rugby é parte e está prestando os esclarecimentos. Temos que ter o cuidado de envolver um diálogo transparente, onde cada uma das fases desse ducto que está sendo construído, que trará benefícios para a saúde, a educação e todas as gerações, com criação de ídolos, seja efetivamente realizada nesta Comissão.

De novo, fico muito feliz de saber que não só amantes do esporte, pessoas que têm experiência prática estão aqui, mas representantes da saúde, da cultura e de outros setores estejam presentes. Por que colocamos e por que buscamos recursos públicos? Por um simples motivo: porque a iniciativa privada, que deveria ser responsável, talvez, por criar ou reinvestir o seu ganho naqueles que compram os seus produtos, não comparecem devidamente nas orçamentações, seja para desenvolvimento, seja para alto rendimento. Quantos representantes da iniciativa privada investem parte de seus resultados ou de seus lucros no desenvolvimento? De 30 patrocinadores, talvez, um se interesse em colocar, a maioria dos patrocinadores se interessam em colocar a marca no atleta depois que ele é um grande campeão.

Por esse motivo e quando se tem uma meta de estar entre as 10 potências do mundo, no consolidado, você é obrigado, sim, a apelar por recursos públicos. Quisera eu poder fazer a minha modalidade 100% com recursos privados, poder implementar um plano com governança, com responsabilidade, com 100% de recursos privados, mas, infelizmente, no Brasil, é impossível se fazer isso. Tão somente por esse motivo, em algumas exceções, no nosso caso, nós temos que recorrer a recursos públicos. Eu gostaria muito que a pirâmide fosse invertida, no meu caso, que eu pudesse ter 80% de recursos privados e, talvez, buscasse só 20%, mas, infelizmente, a realidade do País é outra.

Graças a Deus, criaram a Lei Agnelo/Piva, mas é muito difícil de ser implementada, porque captar o dinheiro é muito difícil. Fazer os projetos é muito fácil para quem tem competência, mas acessar aos recursos, seduzir uma diretoria de



*marketing*, fazer o executivo ou a diretoria da empresa entender que aquele dinheiro está sendo reinvestido no cidadão, como, por exemplo, uma indústria farmacêutica pagar um campeão que usa os medicamentos dela e assim por diante em inúmeros outros setores da economia.

Então, na verdade, eu queria agradecer o direito de palavra. A Confederação Brasileira de Rugby, como eu disse, é uma das mais jovens do País, mas eu tenho a honra de tê-la presidido e, por 2 anos seguidos, ter sido classificado como a melhor governança do País em entidades desportivas. Temos muito a aprender. Quisera eu ter sido classificado em último lugar, para que todas as demais confederações estivessem na minha frente e que eu estivesse mais motivado a cumprir as minhas metas.

Como encerramento desta manifestação, eu gostaria de, fortemente, deixar uma solicitação para que, sim, metas de desempenho sejam claramente identificadas para cada ramal desse ducto que está sendo criado. De nada adianta discutirem um orçamento se nós não temos o plano, a meta. Orçamento para pagar o quê? Orçamento para atingir que metas? Ser o 10º do mundo. Mas como se chega ao 10º do mundo? O que tenho que fazer na educação, nas escolas?

Outro dia, Georgiana, não sei se está aqui ainda, eu estava ouvindo um discurso do Secretário Luiz Lima, absolutamente perfeito. As pessoas reclamam que não existem infraestrutura e investimento no Brasil. Isso é uma falácia. A quantidade de infraestrutura municipal pública que existe neste País que está sucateada nas escolas e que pode ser usada para o alto rendimento é brutal. Só que se constrói e não se discute quem vai gerir, quem vai manter e de onde vem o dinheiro para a manutenção.

Está aqui o que nós estamos vivendo nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Onde está a infraestrutura dos Jogos Olímpicos Rio 2016? Quem vai pagar a conta? Quem vai ter acesso? Quem vai gerir? O Tomasini, da canoagem, deve ficar desesperado quando pensa no que foi feito com relação à infraestrutura da canoagem e de onde vai vir o dinheiro para pagar aquela manutenção.

Então, senhoras e senhores, é importantíssimo e é fundamental que se faça uma ampla discussão. Sejamos, por favor, inteligentes o suficiente para que cada um saiba qual é o seu papel na sociedade — detalhado o bastante para



conhecimento do papel de cada um, mas longe o bastante para não ficarmos dependentes e viciados no Orçamento Público.

Se esse orçamento for investido com responsabilidade num plano e se esses atletas do futuro, os nossos campeões — as adrianas behar, os lars grael — forem educados ao longo desse *pipeline* e forem bem-criados, obviamente, esses atletas, esses alunos, esses praticantes chegarão muito mais perfeitos, educados e melhores cidadãos no alto rendimento. E o nosso trabalho será muito mais fácil.

É muito fácil criticar. É muito fácil criticar. Mas criticar sem um Plano Nacional realmente é uma covardia. Eu agradeço muito pelo uso da palavra e me coloco totalmente à disposição como representante da Confederação Brasileira de Rugby.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Nós agradecemos ao Sr. Sami Arap Sobrinho, Presidente da Confederação Brasileira de Rugby, que traz aqui uma visão importante para este debate.

Eu queria justificar a saída do nosso Presidente, Deputado César Halum, que foi à Comissão do Orçamento brigar pelas emendas da Comissão do Esporte, que foram quase zeradas. Em substituição ao Sr. Lindberg, que foi assessorar o Presidente, a Sra. Alessandra Miller dará continuidade aos trabalhos.

Eu concedo a palavra ao Sr. Humberto Panzetti, Presidente da Associação Brasileira dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer.

**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Eu vou ser bem objetivo dentro da questão do Plano. Na verdade, nós estamos acompanhando todas as grandes discussões no Senado, na Lei Geral, no Ministério e, recentemente, no PNUD, da ONU, também desenvolvendo um Relatório de Desenvolvimento Humano.

No final, eu tenho que reforçar sempre a mesma situação: nós estamos vivendo um momento bastante contraditório. Terminamos 12 anos de megaeventos e de grandes investimentos, e, em contrapartida, o esporte vem reagindo de forma diferente.

Há uma diminuição bastante grande de recursos públicos, há uma diminuição de Secretarias Estaduais. Recentemente, houve, inclusive, uma tentativa de paralisar as aulas de Educação Física. O fato, Deputada, é simples — meu amigo,



Deputado Lindbergh Farias, que está chegando agora e já se cansou desses meus discursos sempre em cima do Município fica a maior dependência.

Todos os grandes projetos, todos os grandes pensamentos desenvolvidos no que será o esporte se joga o compromisso ao Município. Mas ninguém fala de onde vem o recurso. Um fato bastante claro e real, em que o esporte é um subproduto da política pública. Ele atende muito bem, Deputada, Deputado, meu amigo Lindberg, o discurso e o palanque, mas não se concretiza como política pública na sua base.

Hoje 30% dos Municípios, Deputado, não têm orçamento para o esporte, 2 mil Municípios não têm nos seus PPAs orçamento descritivo para despesa. Aí, o meu companheiro falou muito bem: a Câmara dos Deputados e o Senado ainda continuam muitas vezes repassando emenda ao Município sem exigir de contrapartida a garantia do custeio. Por isso temos tudo sucateado neste País. Temos equipamentos? Temos, mas está sucateado, porque não se dá o objetivo de origem e não se define como vai se... É muito bonito cortar a fita e pôr a placa, Deputado. Eu vejo sempre isso no País todo. Mas quem vai pôr ali o professor, o profissional de educação física? Quem vai pôr a bola, o papel higiênico? Quem vai manter aquilo funcionando? Isso não acontece. Infelizmente, temos um PAC extremamente sucateado.

A minha preocupação também é que o Poder Público não conversa entre si. O Governo Federal não fala aos Estados. Os Estados não falam aos Municípios. Isso acontece. Uma forma de guarda-chuva.

Quando o tribunal mostra que 86% foram gastos na área de alto rendimento... Não faço nenhuma crítica a isso, não, mesmo a lei dizendo que prioritariamente deveria se trabalhar a educação. Porém, as três conferências nacionais, e quando falo que 2 mil Municípios não têm orçamento para a área, mostraram que 95% dos Municípios têm menos de 0,5% atrelado ao esporte.

Ora, posso garantir com isso que são 95% dos gestores municipais, sejam como coordenadores, diretores ou secretários, que são gestores só da sua folha de pagamento. Que política pública que insistimos em dizer na construção dessas ações? Eu me pergunto: qual é a política pública baseada a um princípio básico de quê? Política pública só existe se tem orçamento. Se não há orçamento, não existe política pública, há discurso político. E no discurso é bonito, porque o esporte tira



criança da droga, resolve o problema social. Eu já escutei tudo apensado ao esporte. O fato é que ele só pode ser transformador, só pode desenvolver qualidade de vida, desenvolver saúde, só pode desenvolver educação, se tiver aplicabilidade e se houver orçamento para isso. Mais grave ainda: desses restantes, de 95 Municípios, tirando esses 2 mil, as políticas exercidas acabam repetindo o que acontece no Governo Federal e no Governo do Estado. Oitenta por cento das políticas públicas praticadas no Município atendem o futebol de várzea. Longe daqui discutir aqui a questão do futebol. Muito pela incapacidade dos gestores, muito por um custo baixo e muito por um processo político.

É lógico que eu entendo que o prefeito, quando vence a eleição, ele tem total direito de priorizar em sua política, mas nós temos que construir um plano nacional, uma lei, um novo sistema, não importa o que nós vamos fazer, que garanta que a origem do recurso é para desenvolver política pública.

Hoje, nós temos discutido isso nos Municípios, que se cabe ao Município, praticamente tudo, o ideal é que os Municípios gastem 50% do seu orçamento em esportes educacionais. Trinta por cento em participação e deixem 20% para o alto rendimento, porque há uma dependência natural do processo.

Acho conveniente, no momento, porque o Ministério já se mostrou, perante suas despesas, a questão do objetivo ao alto rendimento. Não faço crítica alguma a isso.

Eu estava vendo aqui. Quando nós pensamos em Município, não sei se o senhor viu lá na lei geral, ao Município se dá uma infinidade de obrigações. De onde vem isso, Deputado? Aqui se refere à política pública.

Sabe qual é a maior política pública do esporte neste país? Vou dizer ao senhor: a aula de educação física que, muitas vezes, é combatida no Brasil. O restante fica muito no discurso e na conversa. Desculpe a objetividade, mas eu acho que qualquer plano, qualquer lei, qualquer sistema tem que se ater à forma de financiar o Município.

Hoje, se os Municípios não tiveram os clubes, esses 13 mil clubes que auxiliam, pelo menos, na possibilidade de oferecer à população algo que não seja somente o futebol, porque quando eu vejo o meu companheiro lá do Espírito Santo



falar como gestor, o Estado está fora da curva, porque não é isso que acontece no País.

Ao pegarmos as regiões Norte e Nordeste, Deputado, não há política alguma. Então, nós temos que ter bastante responsabilidade quando usamos o termo “políticas públicas”, principalmente em deixar de forma clara qual deve ser a obrigação do Governo Federal, qual deve ser a função do Governo do Estado e qual deve ser a função dos Municípios.

Obrigado e desculpe pelo tempo que tomei demais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Obrigada, Sr. Humberto Panzetti. É importante a sua participação neste momento. Traz uma visão já da gestão municipal do esporte que, realmente, nós sabemos que muitas vezes não conta com nada, é trabalho sem apoio algum.

Convido o Sr. Fernando Mascarenhas para fazer uso da palavra. S.Sa. é o último inscrito. Em seguida, vamos partir para a conclusão dos nossos trabalhos.

O Presidente da Comissão está aqui ao meu lado, mas S.Exa. prefere não assumir a presidência dos trabalhos, embora eu esteja insistindo.

**O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM** - Eu tenho certeza que os senhores estão gostando muito mais da direção dos trabalhos com a Deputada Flávia Moraes. Tenho certeza. *(Risos.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - O Presidente está na iminência de ter que sair novamente para buscar a articulação do Orçamento junto ao Ministro. Por isso, S.Exa. está participando, mas, a qualquer momento, terá que sair. Está acompanhando os trabalhos com essa condicionante.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Mascarenhas, o nosso último inscrito de hoje.

**O SR. FERNANDO MASCARENHAS** - Eu queria fazer a seguinte pergunta: qual é a função do Estado, qual é a função do fundo público ou qual a função das políticas públicas em relação ao esporte?

Eu acho que nós temos aqui duas grandes orientações: primeiro, ampliar o acesso da população ao esporte; de outro lado, fazer do Brasil uma potência esportiva, fabricar medalhas.



Então, de um lado, nós temos o esporte de participação, o esporte educacional e, de outro lado, o esporte de alto rendimento.

Que dimensões deve o esporte priorizar? Será que é possível dar conta dessas duas tarefas ao mesmo tempo? Eu acho que esse é o grande enigma que se coloca para esse plano. E aí eu tendo a acreditar que não. Eu tendo a acreditar que nós temos que estabelecer uma prioridade que a Constituição já aponta qual é.

Nós devemos priorizar ações de fomento ao esporte educacional e de participação. Mais do que a Constituição, a própria população diz isso. Os dados de esporte nos revelam que apenas 3,6% das pessoas que praticam esporte, atividade física, o fazem mirando a competição.

A população, quando pratica esporte, quando pratica atividade física, o que ela busca é qualidade de vida, é bem estar. Ela busca essa experiência por lazer, não é visando competição.

Quando eu falo que é essa dimensão do esporte que deve ser priorizada é porque eu me deparo com os dados do TCU que afirmam que 87% dos recursos públicos investidos no esporte, têm sido direcionados ao esporte de alto rendimento.

O esporte de alto rendimento, o sistema federado, coloca para dentro da prática esportiva, apenas 7,4% dos praticantes. Esse é o dado de esporte. A percentagem de 7,4% de quem pratica esporte é que o faz por dentro do sistema competitivo. A maioria da população o faz autonomamente.

Cada vez mais, a população busca a atividade física, o esporte, tendo que pagar por isso. A maior parte da população hoje, que já pratica esporte ou atividade física tem que pagar. É o gasto da família que financia o acesso ao esporte no nosso País.

Por quê? Porque há um vazio de política pública em relação ao esporte educacional ou esporte de participação. É, portanto, o acesso da população ao esporte, é o esporte educacional, o esporte de participação que deve ser priorizado pelo Estado, pelo fundo público, pela política pública.

Se eu olho para esse plano que foi aqui construído, e quero parabenizar o Deputado César Halum, a Deputada Flávia Morais, o Lindberg, pela construção desse plano em muito boa hora.



Porém, quando eu olho para o plano, eu vejo o atendimento, no que se refere à educação física escolar, prioritário para o ensino fundamental. Eu acho que não vale esquecer o ensino médio.

Eu penso que as ações vão envolver as crianças de 6 a 14 anos. E quando eu olho para 2020, eu vejo uma inversão da pirâmide demográfica brasileira. Em 2020, nós vamos ter uma população adulta e idosa maior do que a população de crianças e adolescentes.

Portanto, eu acho que nós temos que apostar mais no esporte participação. E aí, mais uma vez, saúdo V.Exas. pelo trabalho desta Subcomissão do Esporte do Plano Nacional do Desporto, que está apostando alto no esporte participação — muito alto — ao colocar 70% da população de 15 a 74 anos para dentro do esporte. Ouso dizer que hoje não temos 0,5% da população de 15 a 74 anos atendida pelo esporte por políticas públicas. Não tem 0,5%.

O que se propõe aqui é muito audacioso. Temos que ter cuidado para isso não ser só retórica, porque vai faltar dinheiro. Por isso digo que temos que revisar quais são as prioridades, atendendo o nosso preceito constitucional e também o que a população quer. Acho que V.Exas. estão corretos: é investir pesado mesmo no esporte de participação. Para esse esporte que atende a população ao longo da vida falta política pública, e falamos aqui de esporte ao longo da vida. Hoje temos por parte do Ministério um programa dirigido a essa população, que é o Vida Saudável, que não coloca 100 mil para dentro. Temos pelo SUS o atendimento também dessa população, através da Academia da Saúde ou da Academia da Cidade. Acho que precisamos avançar, e muito. A meta é audaciosa, mas precisa de muito recurso para se concretizar.

Educação física e esporte escolar.

Sou professor de educação física há 25 anos. Há 5 anos atuo na escola pública e há 20 anos na formação de professores no Sistema Federal de Ensino Superior. Atualmente estou na Universidade de Brasília.

Penso que a educação física tem um papel muito claro, não enquanto atividade. Não podemos confundir educação física com atividade. Educação física é uma disciplina curricular. Mais do que garantir a experiência, ela tem que garantir também o conhecimento sobre essa experiência. E que experiência falo? Não só a



esportiva, mas a educação física tem que garantir aos nossos jovens o acesso também à experiência e ao conhecimento sobre a dança, sobre a ginástica, sobre as lutas, não só sobre o esporte. Podemos, sim, ter o esporte escolar no contraturno. Mas qual deve ser o papel desse esporte? É a base da pirâmide? O que vejo prevalecer aqui dos discursos autorreferenciados... Saúdo aqui todos aqueles que trabalham com o esporte de alto rendimento. Parece-me que este plenário é composto por maioria de pessoas que vêm do esporte de alto rendimento.

O esporte escolar não deve ser a base da pirâmide, no sentido de fazer atletas futuros. O papel do esporte escolar é formar o gosto pelo esporte, porque o esporte de alto rendimento trabalha sobre os princípios da seleção, da distinção e da especialização. Ou seja, ele vai trabalhar com os melhores. Cada vez mais as pessoas vão se afastando do esporte. Mais uma vez os dados do esporte mostram que quando as pessoas chegam aos 18, 19, 20 anos elas se afastam do esporte e nunca mais voltam. O esporte escolar deveria fomentar o desenvolvimento pelo gosto pelo esporte, e não faz isso, porque privilegia o talento e não quem está lento. Quem está lento no esporte deve ser bem cuidado também pelo esporte: o gordinho, o caolho, o maneta, essa turma não é atendida pelo esporte escolar, essa turma merece outro tipo de esporte que não seja distintivo, especializado e seletivo. Nesse sentido o objetivo do esporte escolar deve ser o de diversificar a experiência, garantir para a criançada, para a nossa juventude o acesso a uma gama cada vez maior de experiências esportivas para que, aí sim, se ela tiver que se especializar, se for o desejo dela, nós termos outro sistema, outro aparato que começa a se desenhar através dos centros de iniciação esportiva. Esse não é o papel da escola. O esporte escolar não pode ser visto enquanto base para a formação de atletas de seleções.

Eu já trabalhei e trabalho em parceria com escola pública e já tive o pé na quadra da escola pública. Na escola pública, quando tem teto, quando tem quadra, falta cobertura; quando tem cobertura, falta professor; quando tem professor formado, falta professor valorizado. A escola pública não está dando conta daquilo que ela tem que fazer prioritariamente e queremos atribuir à escola a tarefa de formar atleta. Não atribuam à escola esse papel ou não atribuam à escola o problema por não termos nos encaixado entre os dez melhores nos jogos olímpicos.



O problema não está na escola. Eu acho que o TCU já sinalizou onde está o problema. O problema está na falta de utilização qualitativa dos recursos públicos que são dirigidos ao sistema de alto rendimento, porque é ele que consome a maior parte do gasto público com esporte no nosso País.

Então eu faço aqui essa intervenção no sentido de que temos que priorizar o esporte de participação e o esporte escolar, mas sem ver no esporte escolar a base para o esporte de alto rendimento, sem subordinar o esporte escolar aos interesses do esporte de alto rendimento. Acho que o esporte de alto rendimento merece, sim, a atenção por parte do Estado, mas numa linha muito mais de regulação, de controle do que propriamente de financiamento.

Para finalizar, algumas questões bem específicas como contribuição ao plano. Eu acho que existe a proposta, existem ações na perspectiva do desenvolvimento de ciência e tecnologia em esporte nas ações relacionadas ao esporte de alto rendimento. Está aqui o Célio Renê do Ministério do Esporte e, por dentro do Ministério do Esporte, nós temos uma rede de pesquisa que é a Rede CEDES — Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer —, que tem contribuído no desenvolvimento de pesquisas sociais envolvendo a participação em esporte educacional. Então acho que temos que colocar enquanto meta também aqui ações de desenvolvimento de ciência e tecnologia ou de pesquisas para o esporte educacional e esporte de participação, o que já vem sendo construído através da Rede CEDES.

Outra ação que não podemos esquecer em hipótese alguma é a de criar uma cultura estatística nacional acerca do esporte. Nós tivemos um diagnóstico em 1971, depois tivemos uma pesquisa do IBGE em 2003 - 2004 e recentemente o DIESPORTE — Diagnóstico Nacional do Esporte. A maioria dos países do mundo produzem pesquisa a cada 5 anos, quinquenais ou plurianuais. Acho que nós temos que ter uma cultura do esporte para produzir dados sobre o esporte, porque senão nós ficamos aqui produzindo um discurso autorreferenciado naquilo que eu penso e naquilo que eu quero para o esporte, não em função daquilo que o esporte é na realidade sob o ponto de vista do material empírico que nós dispomos para dizer o que ele é e nós dispomos de muito pouco material empírico para dizer o que o esporte é hoje.



Eu acho que o DIESPORTE foi uma iniciativa das mais valiosas do Ministério do Esporte e ele não pode se perder. Acho que daqui a 4 anos ou daqui a 5 anos nós temos que ter números para saber da evolução. Então acho que isso deve constar também do plano. Acho que devemos, enquanto uma ação no sentido da democratização, apontar para a necessidade de continuidade das conferências nacionais do esporte, porque foram uma das maiores conquistas do setor esportivo no sentido da sua democratização, da democratização do debate e de uma reformulação do Conselho Nacional de Esporte, para que outros atores que representem o esporte educacional e o esporte de participação.

Por exemplo, a CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar — está aqui e representa o esporte escolar, mas não está dentro do Conselho Nacional de Esporte. Acho que não só a CBDE, eu acho que temos que ter entidades e atores que representem o esporte de participação também dentro do Conselho Nacional de Esporte a exemplo da CUFA — Central Única de Favelas — que produz ações no campo esportivo de movimentos comunitários. Nós temos que ter uma ampliação do espaço democrático de controle e participação social desses atores, representando outras dimensões do esporte, no sentido de contrabalancear os interesses nas tomadas de decisões afetas ao setor.

Por fim há a necessidade de criação de um fundo que facilite a transferência de fundo a fundo — viu Panzetti? —, que facilite transferência de fundo a fundo entre o Governo Federal, Municipal e Estadual, porque atualmente através do SICONV — Sistema de Convênios — nós sabemos das dificuldades de o dinheiro ir de Governo Federal para Município, mas exigir contrapartida dentro de um sistema que os Municípios também coloquem dinheiro nesse fundo, porque o fundo funciona como uma conta única. Não existe sistema sem fundo. Agora, esse fundo é necessariamente para atender o esporte de participação, porque eu acho que, para o esporte escolar, nós temos que prever recursos do FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação —, porque são recursos dos fundos da educação.

Acho que são essas as minhas contribuições e fecho aqui mais uma vez defendendo prioridade para o esporte de participação e o esporte escolar, mas sem ter no esporte escolar base para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento.



Parabéns e tomara que tenhamos logo esse plano e que ele de fato contribua para o desenvolvimento esportivo do País, contribuindo também para o desenvolvimento humano da nossa população.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Obrigada Fernando. A contribuição é muito importante. Eu falo que esse dia é um dia histórico para nós, essa participação, essa construção, com certeza, vai marcar a história do esporte do nosso País. Quero adiantar que quanto mais ouvimos, conversamos, trocamos, quanto mais participamos, temos a certeza de que urge a conclusão e a execução desse plano. Nos falta muito esse plano para que possamos ter uma rede de trabalho que possa se articular. Eu falo sempre que não se faz uma boa captação de recursos, se não temos um plano de aplicação. Então precisamos muito de concluir esse trabalho. Sei que vai ser um grande avanço para nós. A contribuição de vocês é muito importante.

Eu queria aqui, concordando com muitas coisas, retificar a questão da meta. Nosso companheiro falou e eu só queria retificar a questão da meta, porque, como é algo que está no Plano, é importante que fique claro aqui. Ele disse que nem 0,5% das pessoas entre 15 e 74 anos praticam hoje o esporte-participação. Na verdade, a pesquisa do DIESPORTE, do Ministério do Esporte, fala em 55% de pessoas já dessa faixa etária.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - É, mas participam do esporte-educação.

E a meta do Plano é 70%. É uma meta ousada. Não é pequena não, porém, não parte de 0,5%. Chega-se a um momento em que temos que colocar os números. E não é possível sair de 0,5% para 70%, porque isso seria uma maluquice. De acordo com as pesquisas e os dados que temos no Ministério dos Esportes, estamos saindo de 55% para 70%.

Ele apresentou aqui o percentual dele, dizendo que “acha”, e eu sei que ele não colocou baseado em dados de pesquisa. E estou corrigindo a informação, porque nós a temos e é importante compartilhá-la.

Gostaria também de dizer que eu sempre gosto das audiências públicas, mas eu sempre provoço um pouco, pois não podemos ficar só na conversa. Eu acho que



todo trabalho como este, que conta com a participação efetiva de tantas representações, não pode morrer em um debate como este de hoje. Então acho importante continuarmos esse trabalho e espero que tiremos daqui algumas coisas importantes.

Antes de passar a essa parte, eu gostaria de apresentar algumas perguntas feitas pelas pessoas que tão participando pelo e-Democracia, pois é importante que eles se sintam presentes.

Uma das perguntas é feita pelo Professor José Ivan Mayer de Aquino, aqui do DF, e ele pergunta: o que pensam as pessoas presentes sobre a construção coletiva e republicana dos planos de gestão do legado olímpico e paraolímpico nos marcos dos arranjos locais, regionais e gestão esportiva?

Sobre essa pergunta, creio, todo mundo falou aqui um pouco. Ela está bem respondida, mas a transmiti, porque eu queria que ele soubesse que nós estamos participando junto com ele.

Há uma pergunta da Bárbara, que eu mesma vou responder, porque ela fala de orçamento aqui dos Deputados. Então, eu vou ler a pergunta e já vou respondê-la. Mas acho importante compartilhá-la. A pergunta da Bárbara Almeida, que é Doutora em Educação Física, de Curitiba, no Paraná, é a seguinte: parabenizando pela proposta mesa redonda, faço uma pergunta com relação ao orçamento. Considerando que a maior parte no esporte advém das emendas parlamentares, como é possível vincular as prioridades dos recursos do Plano Nacional às propostas dos Srs. Deputados e bancadas?

Ou seja, ela pergunta como, quando o Plano estiver pronto, vamos conseguir fazer essa vinculação? Eu, que sou Deputada, o Deputado César Halum, que está aqui, o Deputado Evandro Roman, que participa conosco, sabemos que, quando nós vamos destinar as emendas, é muito melhor já temos uma proposta, um plano que já direciona para onde devemos enviar os recursos e que mostra que existem lá condições de desenvolver, com a emenda que mandamos, um bom trabalho na cidade que representamos. Então não vejo dificuldade nenhuma, se tivermos o Plano aprovado com algumas metas, que os recursos das emendas dos Deputados sejam destinados a essa programação, até porque esse Plano deve passar pela



Casa, deve ser aprovado pela Casa, e todos os Deputados estarão em consonância com as propostas nele contidas.

Há ainda uma pergunta, de Telma Costa, do Distrito Federal, que trabalha como voluntária em atividades com idosos: uso os jogos da mente como atividades e gostaria de perguntar à Comissão do Esporte se as entidades que representam os esportes da mente foram convidadas a participarem das discussões do Plano Nacional do Desporto. Nesse semestre houve a realização de uma audiência pública para debater esse segmento e não ouvi falar mais sobre o tema. Acredito que o Brasil tem milhões de praticantes dessa modalidade, incluindo também os jovens, que são adeptos do e-esporte.

Essa audiência pública que fizemos e que foi inclusive presidida por mim contou também com uma participação efetiva e foi muito importante. Na época estava no auge a discussão sobre a retirada da Educação Física da grade do ensino médio, e colocamos a importância que tem principalmente o esporte da mente na motivação do jovem para que ele permaneça na escola. Isso é muito forte, porque eles gostam muito. Além disso, há certa facilidade na montagem da estrutura para essa prática, porque ela não exige um espaço muito grande, muito amplo. Portanto, toda escola tem condições de ter um espaço para realização dessas atividades. Nessa discussão, nós abordamos justamente o reconhecimento do esporte da mente.

O nosso Secretario aqui, o Lindeberg, é quem cuida dos convites e afirmou que todas as entidades interessadas, que participaram daquela audiência pública, foram convidadas a estarem aqui hoje. Então, se houve alguma falha de comunicação, se houve alguma falha nesse sentido, é bom que entrem em contato com a Comissão. Mas os vários participantes da audiência pública foram chamados, naquele momento para participarem hoje também.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Flávia Moraes) - Com certeza, Presidente. Vou encerrar aqui e o senhor é que vai comandar!

Antes de eu encerrar, lembro que, no início da audiência, o Deputado Evandro Roman deixou uma pergunta no ar. Para efetivarmos o nosso trabalho, eu vou fazer novamente a pergunta e vou pedir a todos que puderem que a respondam.



Se abriremos a palavra para todo mundo, vai ficar inviável, portanto, pedimos para que se comuniquem conosco, por e-mail ou por escrito, sobre o que pensam sobre essa pergunta que vamos fazer. É muito importante para nós a manifestação dos senhores em relação ao assunto, para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o Plano.

Devemos estabelecer metas de responsabilidade na educação no Plano Nacional do Desporto, e a pergunta é: nós devemos articular com a educação esse Plano? Esse plano deve ser articulado com o Ministério da Educação ou nós podemos traçar as nossas metas e, depois, encontrarmos com eles lá na frente? O Plano Nacional já deve envolver desde já a Educação? Já devemos desde agora articular e traçar metas juntos?

É importante sabermos qual é o pensamento dos senhores quanto a isso. Esperamos essa participação, que será muito importante para a condução do trabalho do Plano.

Eu quero agradecer a gentileza do Presidente César Halum, que está aqui ao lado. É ele quem preside a Comissão. Eu já falei com ele várias vezes, e ele me manteve aqui na Presidência. Para nós é uma honra poder presidir um momento como este.

Eu devolvo, então, a ele a palavra.

**O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM** - Eu acho que nós já estamos na fase final e alguns até já foram embora, mas aqui se discutiu muito a questão do financiamento de tudo isso: onde nós vamos arrumar dinheiro. E não existe dinheiro novo, não existe milagre. A solução é termos que realocar recursos. Então, o que eu tenho entendido é que têm muitos com muito dinheiro e outros com muito pouco. E temos que ver como os que estão com muito dinheiro o estão utilizando.

O que financia todo o nosso esporte basicamente é o dinheiro da loteria esportiva: 2,7% cai para o COB, que distribui uma parcelinha para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar, para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário e assim por diante.

Como eu faço parte da Comissão Especial que trata da regulamentação do jogo no Brasil, e nós estamos entendendo que o jogo é uma atividade econômica e



não uma contravenção. Evidentemente, isso vai trazer muita arrecadação para o País, e poderíamos tirar uma fatia daí.

Outro lado que temos consultado muito, e é preciso ter bons parceiros para enfrentar essa briga, é que, nesse estudo, nós descobrimos um fato novo: 2,7% dos valores arrecadados nos jogos da loteria vão para financiar o esporte; 5% de tudo arrecadado nos jogos da loteria fica para a Caixa Econômica Federal como taxa de administração. Está errado isso! Está deslocado esse negócio aí!

A Caixa Econômica é um banco público. Ele é de fomento. Ele tem uma conta maravilhosa que lhe permite fazer muita gentileza, que é a conta do Fundo de Garantia. Qual a instituição financeira que não queria a exclusividade de ter todo o Fundo de Garantia do País? Ela trabalha esse dinheiro, manipula esse dinheiro no mercado, empresta a juros altos um dinheiro barato, de graça, e, para ajudar o País, ainda cobra uma taxa de administração deste tamanho.

Eu tenho procurado conversar com muita gente no sentido de inverter isso. A Caixa ficaria com 2,7% e passaria 5% aos esportes. Assim, eu acho que resolveríamos alguns problemas financeiros. Administra-se e distribui-se isso bem.

Muitas pessoas falam: *“Rapaz, nós vamos comprar uma briga com a Caixa Econômica? Vamos brigar com o Governo?”* Não é briga. Vamos provar que esse dinheiro lá não tem a finalidade que teria aqui, nem os resultados que nós alcançaríamos se o utilizássemos, principalmente com o Plano definindo quais as metas básicas dentro do ensino fundamental e do ensino médio, fortalecendo o esporte na área escolar. Acho que resolveríamos muita coisa.

Se alguém se habilitar a entrar nessa briga, nós estamos procurando parceiros. Aqui na Comissão nós já conseguimos alguns Deputados que se encorajaram a isso. Mas é preciso mais gente para discutir, porque, às vezes, essa nossa visão está errada. Eu não acho que a Caixa Econômica precise cobrar uma taxa dessas. Hoje, os jogos são administrados de acordo com um *software* que ela tem. É dinheiro demais! Cinco por cento é muito dinheiro para uma taxa de administração.

Era esta a colocação que eu gostaria de fazer. Vi a preocupação com a criação de um fundo e tal. Às vezes o fundo está bem perto da gente, faltando só um aperto maior para resolver isso. Mas é preciso que todo o mundo participe.



Eu gostei desta audiência, Deputada Flávia, porque muita gente reclama: *“Mas Fulano foi convidado”*. Muitas pessoas são convidadas, não dão nem resposta, tampouco aqui comparecem. Depois, quando a matéria vai para votação no Plenário: *“Ah, estão votando escondido. Ninguém discutiu”*. O negócio ficou em discussão aqui por 4 meses, por 6 meses, por 1 ano, e ninguém aparece; no dia da votação no Plenário, fala-se que foi votado correndo. Não podemos ficar esperando aqui a vida inteira! Há projetos que ficam nesta Casa por 10 anos. No dia em que cai no Plenário, pede-se adiamento da votação para poder discutir melhor? *“Uai, doutor, porque você não o fez nos 10 anos?”*

Eu acho que nós estamos aproveitando este debate para colher dados e achar parceiros. Se há pessoas que concorda, que considera que dá para pensar nesta ideia e levá-la em frente, eu gostaria de ter mais parceiros nessa luta. Eu estou tendo uma visão e acho que isso ajuda a resolver o problema.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - É boa a dica do nosso Presidente.

Hoje nós já recebemos duas propostas para conseguir recursos: uma é a questão dos jogos, que o Deputado Evandro apresentou; e agora o Deputado César Halum traz essa proposta de inversão do percentual da taxa de administração da Caixa. Então, eu acho interessante.

Uma parte desse Plano vai trabalhar especificamente o financiamento. Nós vamos falar muito da aplicação, mas vamos falar de financiamento também no Plano. Inclusive, a questão dos fundos vai constar nessa parte, o que vai ser muito importante.

Lindeberg quer passar uns avisos sobre a Internet, algumas coisas referentes ao trabalho da Comissão.

Marcelo Nunes, que é da Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas, está presente? *(Pausa.)*

Você vai querer fazer uso da palavra, Marcelo?

**O SR. MARCELO NUNES** - Sim, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Eu só peço a você, Marcelo, que seja breve, porque você não estava inscrito.

**O SR. MARCELO NUNES** - Eu vou ser breve.



Só a título de esclarecimento, nós não somos nem caolhos nem manetas, somos pessoas com deficiência. O Comitê Paralímpico Brasileiro desenvolve uma questão muito importante no paradesporto escolar. Nós temos as Paralimpíadas Escolares de 2 em 2 anos. Então, essas pessoas com deficiência não estão desassistidas, pelo menos por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Esta informação era só para deixar claro que nós somos pessoas com deficiência.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Obrigada, Marcelo.

Quero agradecer muito pela presença a Célio Renê, que representa o grupo de trabalho no Ministério do Esporte.

Essa abertura que o Ministério do Esporte dá ao Parlamento, para que possamos fazer esta discussão juntos, é muito preciosa. Por quê? Porque nós estamos ganhando tempo. Imaginem se o Ministério do Esporte faz esse trabalho, constrói o Plano lá dentro e depois o traz para a Câmara, a fim de discutirmos tudo de novo? Nós iríamos ter um tempo dobrado para votar esta matéria. Então, aqui nós estamos trabalhando juntos. Eu acredito que, com isso, nós vamos ganhar tempo. Quando chegar ao final, e for isso mesmo, todo o mundo vai estar consensuado, haverá uma aprovação mais rápida, e o efeito será mais efetivo em relação ao que o Plano vai trazer.

Com a palavra o nosso Secretário Lindeberg Júnior.

**O SR. LINDEBERG JÚNIOR** - Só quero lembrar a todos da nossa ferramenta do Wikilegis, onde estamos construindo o texto.

Nós recebemos diversas contribuições, não só por meio das ferramentas, mas algumas vieram por *e-mail*. É claro que todas as discussões que estão sendo feitas nas mesas-redondas são taquigrafadas, nós temos o registro escrito. E a partir de lá também vêm as sugestões.

O próximo passo agora — até conversei com o Deputado Evandro Roman, e ele me orientou nesse sentido — é tentar fazer uma nova proposta, já ouvidas todas as sugestões, inclusive aquela que foi dada na reunião passada a respeito da criação de mais uma diretriz, que é a diretriz que fala do financiamento, que vai tratar de assuntos como o fundo e outras questões importantes. Vamos, talvez, no



início agora de janeiro, já ter uma versão nova, para poder ser novamente debatida e passada a vocês, a fim de opinarem. Então, fica acertado esse cronograma.

Nós temos os contatos por *e-mail*. Qualquer dúvida, estamos à disposição na Comissão para atendê-los da melhor forma possível, inclusive com orientações a respeito de como usar essa ferramenta nossa do Wikilegis, que tem sido uma contribuição muito grande para sistematizarmos todas essas ideias que estão sendo apresentadas.

Era isso.

Obrigado mais uma vez a vocês por terem vindo e pela participação em mais uma mesa-redonda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Flávia Moraes) - Muito obrigada a todos pela presença, e aguardamos a colaboração de vocês futuramente.

Confiamos muito neste trabalho que estamos realizando. Com certeza, ele trará bons frutos para o Brasil, para o esporte do nosso País.

Fica o nosso agradecimento.

Está encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)